



Revista Brasileira de
**História
Militar**



Ano VI - Nº 16
Abril 2015



Editorial

A exemplo do número anterior, nesta edição focamos na História Militar do Brasil, mais especificamente em temas relacionados a Guerra do Paraguai e ao Exército Brasileiro na segunda metade do Século XIX. Para tanto contamos com a contribuição dos Professores Marcelo Santos Rodrigues da Universidade Federal do Tocantins, Leandro José Clemente Gonçalves da UNESP e Luiz Augusto Rocha Do Nascimento do Colégio Militar de Brasília e do pesquisador Carlos Eduardo de Medeiros Gama, especialista em História Militar pela UNIRIO.

A todos, nosso muito obrigado.

Cesar Machado
Editor Responsável



Imagem desta Edição

Detalhe de “A Batalha do Tuiuti”, pintura em óleo sobre tela de Cândido Lopez.



Revista Brasileira de
**História
Militar**

historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro
Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura	

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050

E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

Os esquecidos da Guerra do Paraguai (1865-1875).....6

Marcelo Santos Rodrigues

O Armamento da Infantaria Brasileira Na Guerra Do Paraguai Entre 1866-1868: Revolução Modernizadora Ou Ditadura dos Costumes?.....21

Leandro José Clemente Gonçalves

Aspectos logísticos da Guerra da Tríplice Aliança: Campanha do Alto Paraguai (província de Mata-grosso).....32

Luiz Augusto Rocha do Nascimento

Da guerra ao profissionalismo: “a missão militar” no Império do Brasil no início da segunda metade do século XIX.....52

Carlos Eduardo de Medeiros Gama

Livro em Destaque.....67

OS ESQUECIDOS DA GUERRA DO PARAGUAI (1865-1875)¹

Marcelo Santos Rodrigues²

RESUMO: Por meio de crônicas narradas na imprensa brasileira e de documentos oficiais, este artigo trata do descaso do governo monárquico em relação aos soldados voluntários da pátria e do esquecimento a que os ex-combatentes foram condenados depois de participar da Guerra do Paraguai.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai. Voluntários da pátria. Memória. Esquecimento.

ABSTRACT: By using chronicles from the Brazilian press and from official documents, this article copes with the indifference of the sovereign government regarding the “voluntários da pátria” soldiers and the forgotten former combatants after their participation in the Paraguayan War.

KEYWORDS: Paraguayan War. “Voluntários da pátria”. Memory. Oblivion.

Há alguém por aí que ainda se lembre da Guerra do Paraguai? Dirigi essa pergunta àqueles que marchavam outrora à frente de bandas de músicas, atirando fogos de artifício, dando vivas e fazendo discursos pelas ruas embandeiradas do Rio de Janeiro. Dirigi a mesma pergunta a dois grandes generais; e estes vos responderão: – Sim, temos uma ideia vaga dessa guerra... Foi há tanto tempo! Interrogai, porém, à viúva, que perdeu o arrimo da casa naquela luta cruenta, à mãe que chora o filho, o orgulho da pátria, que tombou como um bravo, honrando o pavilhão brasileiro, e aos que mendigam por aí, o óbolo da caridade, cheios de honra e cicatrizes, e eles vos dirão: – Jamais esqueceremos essa página de nossa História!

(Vida Fluminense, Rio de Janeiro, 3 fev., 1872, p. 2.)

Um ano depois de terminada, a Guerra do Paraguai já estava no esquecimento.³ A propaganda abolicionista, que levou à assinatura da Lei Áurea, pela abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888 – encerrando um capítulo da história do Brasil de três séculos –, e o debate político que resultaria

1 Publicado Originalmente em *Historiæ*, Rio Grande, 5 (1): 164-183, 2014.

2 Professor de História da América e do Brasil na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: marcelotoca@hotmail.com

3 Uma análise ampla da Guerra do Paraguai pode ser vista nas seguintes obras: FRAGOSO, Augusto Tasso. História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934. 5 V.; DORATIOTO, Francisco. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; JORDAN, Emilio Carlos. Guerra do Paraguay. Rio de Janeiro: Typografia de Leammert e Cia., 1890; THOMPSON, George. La Guerra del Paraguay. Assunção: RP Ediciones, 1992 [1. edição 1869]; COSTA, Wilma Pares. A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec, 1966; SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; SOUSA, Jorge Prata. Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad/Adesa, 1996.

na proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, constituíram-se nos temas prediletos da imprensa em todo o Brasil.

A comemoração oficial do dia 10 de julho de 1870, pela vitória brasileira na guerra, jamais se repetiu. A data não foi instituída como feriado nacional, impedindo-se, desse modo, que a memória fosse inscrita no tempo. A obliteração daquela memória recente teve como uma de suas causas a sucessão de novos episódios que despertavam a atenção pública. “Assim, os princípios da informação jornalística (novidade, concisão, inteligibilidade e, sobretudo, falta de conexão entre uma notícia e outra) contribuem para esse resultado” (BENJAMIN, 1989, p. 107).

Na imprensa carioca, todavia, em anos posteriores à guerra, encontramos referências às datas comemorativas das batalhas. Combates que no tempo da campanha apareciam em extensos editoriais para lembrar aos leitores as vitórias obtidas pelo Brasil e, assim, seduzir novos voluntários para a guerra.⁴

A Reforma, jornal publicado no Rio de Janeiro, julgou como dever de todo brasileiro: “recordar sempre e transmitir ao futuro os serviços memoráveis prestados por tantos bravos, por tantos varões cheios de patriotismo, cujo exemplo encheu de contemplação os seus compatriotas”. Mas, em atitude comedida, o articulista ponderou sobre o que escrever a respeito da guerra, devido ao curto intervalo que separava os historiadores do episódio recém-ocorrido. Escreveu: “Não é ainda chegado o tempo de escrever a história da guerra do Paraguai”, não obstante alertava seus leitores sobre a preocupação de se recolherem os episódios ainda no calor do evento.

O monarca Pedro II, considerando-se um rei pacífico e dedicado às coisas relacionadas à civilização, não queria ostentar o título de algoz. Esse era mais um motivo para que a guerra fosse lançada ao esquecimento – ou somente revisitada quando sua função didática pudesse levantar o patriotismo do cidadão brasileiro.

Paralelamente aos festejos, ocorreram manifestações de descontentamento por parte daqueles que fizeram a campanha. No Rio de Janeiro, soldados de linha, guardas nacionais e voluntários da pátria esbarravam na burocracia do governo, com o atraso no pagamento de seus soldos e o não cumprimento do decreto imperial que criou os batalhões de voluntários.

As pesquisas em jornais brasileiros publicados entre 1870 e 1890 revelam muito pouco sobre as consequências da guerra na vida daqueles que participaram direta ou indiretamente da campanha.

⁴ Sobre o papel desempenhado pela imprensa na Guerra do Paraguai, ver REIS, Maria de Lourdes Dias. Imprensa em tempo de guerra: o jornal “O Jequitinhonha” e a Guerra do Paraguai. Belo Horizonte: Cuatiara, 2003.

Neste artigo, apresentamos fragmentos de histórias de homens e mulheres que sofreram os efeitos da guerra. Personagens anônimos de uma história não contada, esquecida, guardada em papéis oficiais e jornais amarelados pelo tempo. Recolhemos narrativas dispersas, apresentadas a seguir, para contar o sofrimento e a humilhação sofrida pelos esquecidos da guerra.⁵

Júlio José Chagas: “por ser amputado de ambos os braços, carece de quem lhe ponha comida na boca”

Comovente e revelador é o caso do soldado Júlio José das Chagas, que teve sua triste história escrita em papéis avulsos. Revelador porque, apesar da frieza dos despachos oficiais, nessa fonte encontramos o significado da solidariedade, da compaixão e do altruísmo praticados no teatro da guerra. Em decorrência dos ferimentos que sofreu na Batalha de Curupaiti, Júlio José das Chagas teve amputados os dois braços, rente ao tórax. Na época, contava com 18 anos e, pela condição de jovem valente soldado, comoveu médicos e companheiros de campanha – em seu auxílio foi aberta uma subscrição pública no acampamento de Humaitá, com o objetivo de lhe garantir os meios de subsistência no regresso ao Brasil.

A primeira notícia sobre Júlio José apareceu no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, quando o rapaz ainda se encontrava em território paraguaio. Em 30 de outubro de 1868, o periódico informava que 120 doentes incuráveis e mutilados de guerra seguiriam para a Corte. O correspondente da folha noticiou que “entre eles vai o amputado dos dois braços Júlio José das Chagas, atestado eloquente da perícia e zelo do hábil doutor Álvaro Sampaio”⁶. Informava igualmente a compaixão de seus camaradas de campanha, que se cotizaram, “acompanhando ao infeliz mutilado, 360 libras, resultado da subscrição promovida a seu favor, entre médicos e oficiais dos três corpos do exército”.⁷

Todavia, o dinheiro arrecadado com a subscrição não ficou com o soldado inválido, e sim foi entregue ao presidente da Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho.⁸ Em 15 de novembro de 1868, Júlio José, após nova inspeção de saúde, foi declarado pela junta militar incapaz de prover os meios de subsistência.⁹ Desde então, suas súplicas foram feitas por

⁵ Para discussão sobre o jornal como documento histórico, ver: CAPELATO, Maria H. R. Imprensa e história do Brasil. São Paulo: Contexto, 1988; DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

⁶ BN/RJ. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 16 nov. 1868.

⁷ Idem, Ibidem.

⁸ AHEX/RJ. Repartição do ajudante general, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1869. Requerimentos do século XIX, pasta 6.799, maço 283, letra J.

⁹ Idem, Ibidem.

intermédio de seu tio, Manoel José das Chagas, homem humilde e analfabeto, que dependia da boa vontade alheia para encaminhar para o governo as demandas do sobrinho.

Manoel José das Chagas dirigiu requerimento ao comandante do Asilo dos Inválidos da Pátria, solicitando autorização para poder levar em sua companhia o sobrinho que se encontrava naquele abrigo, a fim de mantê-lo sob os cuidados da família. O mesmo documento informava que Júlio José era praça reformado e que, embora não houvesse obtido sua provisão de reforma, desejava aguardar a decisão na sua província. Em resposta, o ajudante da Repartição Geral afirmou que cabia somente “ao governo de S. M. o Imperador, tomar na sua paternal consideração os defeitos físicos do praça”.¹⁰

Para subsidiar a decisão junto ao governo, o major Raymundo de Souza afirmou que “Júlio fazia gosto em acompanhar o seu tio recolhendo-se ao seio de sua família, onde diz ter os recursos precisos para ser zelado, atento ao seu estado que é digno de compaixão e cuidado”¹¹. E o capitão Santos Rocha expôs que “por ser amputado de ambos os braços, carece de quem trate e até lhe ponha a comida na boca”¹². Terminava o ofício atestando que o comportamento do jovem soldado era exemplar e por isso julgava favorável a sua petição, mas a decisão final cabia ao ministro da Guerra.

Depois de percorrer as instâncias legais, e quase um ano após formular o pedido, Júlio José teve finalmente a sua aspiração atendida. Todavia, o resultado da subscrição criada para auxiliá-lo permaneceu em domínio do Asilo de Inválidos da Pátria. O fato gerou contestação na imprensa liberal, que acusava o governo de se apropriar de um dinheiro que não lhe pertencia.¹³

Justino José de Souza: o voluntário que recebeu uma esmola do imperador

No dia 9 de agosto de 1865, na província de Pernambuco, Justino José de Souza Oliveira assentou praça como voluntário da pátria para lutar na Guerra do Paraguai. Em 17 de novembro do mesmo ano, embarcou com a patente de cabo do batalhão pernambucano. Vigoroso e robusto, o jovem soldado enfrentou doenças e fome, resistindo às penúrias próprias de uma guerra. Austero no cumprimento dos deveres, teve atestado em sua Fé de Ofício o merecimento de três elogios por bravura no Paraguai, além do reconhecimento do imperador Pedro II.

¹⁰ Idem, Ibidem.

¹¹ AHEX/RJ. Quartel do comando do Asilo de Inválidos da Pátria, 23 de julho de 1869. Raymundo José de Souza, major comandante. Requerimentos do século XIX, pasta 6.799, maço 283, letra J.

¹² Idem, Ibidem

¹³ BN/RJ. Jornal A Reforma, Rio de Janeiro, 12 ago. 1869.

Depois de quatro anos de campanha, o soldado regressou para a província natal em busca do aconchego familiar. Era necessário refazer a vida, modificada pelo longo período fora de casa, afastado das atividades que desempenhava antes de embarcar para a guerra. No entanto, a partir do retorno ao Brasil, Justino José começou uma verdadeira peregrinação – dessa vez, para assegurar os direitos conquistados como voluntário da pátria.

Percorreu as instâncias governamentais em Recife e em Olinda e, como não teve resposta para seu requerimento, dirigiu-se à Corte com o intuito de solicitar a baixa do serviço do Exército. Na Corte, esperava ser atendido imediatamente, pois todos os seus direitos estavam assegurados pelo Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

Nos registros históricos consta que depois de percorrer, nos primeiros dias, as Secretarias de Guerra, o cabo dirigiu suas súplicas diretamente a Pedro II. O monarca teria lido a Fé de Ofício de Justino José e dito que esperasse no palácio. Ele, que se inscrevera na lista dos bravos, teve então a esperada recompensa pelos serviços prestados na guerra. O imperador mandou lhe dar 10mil réis, para que pudesse matar a fome e adiar a miséria para o dia seguinte.

Essa história foi estampada na primeira página da Gazeta de Campinas. O editorial tinha o objetivo de trazer, como pano de fundo para suas queixas contra o governo, mais histórias de voluntários da pátria que exigiam seus direitos e recebiam, em troca, apenas uma esmola. Em relação ao governo, dizia o redator, “ter em tão pouco o povo, em tão pequena valia o cidadão é temerosamente esquecer o princípio vital que o alenta e a base principal em que se apoia”¹⁴. E prosseguia dizendo que cometer injustiça ao servidor da pátria era faltar com o dever, “cuja prática não é sem risco que ostentadamente se olvida”.

Nessa relação entre o soldado e o governo monárquico, o redator assim definiu o esquecimento: “Olvidar, aqui, é atentar contra os direitos sagrados”¹³¹⁵. Mas de quais direitos sagrados tratava o autor do editorial? Era dia de Natal quando circulou tal notícia, e em meio à festa familiar, seguramente, procurava comover seus leitores ao denunciar a prática por ele considerada “desumana e repugnante”.

A situação vivida por Justino José foi semelhante à enfrentada por muitos soldados que partiram para os campos paraguaios. No seu caso, retornou a Pernambuco para aguardar a resolução, sem obter nenhuma garantia do governo no Rio de Janeiro. Inúmeros processos análogos puderam ser identificados na documentação examinada nos ministérios da Guerra, Fazenda, Negócios Estrangeiros,

14 BN/RJ. Jornal Gazeta de Campinas, Campinas, 25 dez. 1869.

15 BN/RJ. Jornal Gazeta de Campinas, Campinas, 25 dez. 1869.

Império e Marinha.

Manoel Cândido Pereira e Antônio da Silva Mello: a súplica dos ressentidos nos jornais

Tornou-se comum na imprensa a publicação de súplicas dirigidas ao Ministério da Guerra e ao monarca, escritas pelos requerentes ou, na maioria, a seu rogo. Assim, algumas dessas histórias são hoje conhecidas por meio dos relatos de protagonistas da guerra. As narrativas obedeciam quase sempre a uma sequência. Recorria-se à Fé de Ofício, que atestava a trajetória do soldado na campanha, e para reforçar as histórias os jornais traziam à baila o desamparo de filhos e esposas de voluntários, procurando assim apelar para o senso de justiça do governo, que muitas vezes condenou os servidores da pátria ao esquecimento.

Foi o caso de Manoel Cândido Pereira, que no jornal A Reforma tornou pública a situação de extrema miséria em que se encontrava. Para isso utilizou o espaço destinado ao leitor, onde se publicavam cartas na seção denominada “A Pedido”:

Ao Ministro da Guerra:

O abaixo assinado sem meios de subsistência para si e para a sua família, mãe, mulher, filhos e irmãos, tendo marchado para o Paraguai em 1865 como guarda nacional no contingente dado pelo 1º batalhão de fuzileiros à presidência do Rio de Janeiro, município de Niterói, tendo voltado como praça depois de terminada a guerra com o primeiro batalhão de Linha. Aquartelado na Armação, tomando parte no último feito de Aquidaban, e achando-se indevidamente como praça nesse batalhão, requereu ao presidente da província sua baixa por ser voluntário, e este ouvindo o comandante do 6º batalhão da guarda nacional declarou ser voluntário. O presidente requereu ao ministro da guerra a sua baixa em junho de 1869 e agora deram-lhe baixa, mas não lhe pagaram sua gratificação de voluntário. Até hoje 3 requerimentos tem feito que sempre levam sumiço na secretaria de guerra, bem como duas reclamações do presidente em favor do suplicante. O governo imperial deve olhar com mais atenção para um pobre chefe de família que não tem meios e nem pode todo dia pagar passagem para vir a secretaria da guerra perder o seu tempo. O suplicante é morador na freguesia de Itaipu, distante duas léguas de Niterói.

Assina: Manoel Candido Pereira.¹⁶

Esse também foi o procedimento do baiano Antônio da Silva Mello – capitão honorário do Exército, mutilado na guerra contra o Paraguai – com o intuito de atrair a atenção do imperador para sua melindrosa situação. Em carta publicada no jornal, alegou ter sido injustiçado pelo vice-

16 BN/RJ. Jornal A Reforma, Rio de Janeiro, 5 jan. 1871.

presidente da Bahia, que não lhe concedera um emprego público – direito que, em sua opinião, era-lhe assegurado por ser servidor da pátria.

Em virtude da impossibilidade de exercer qualquer ofício que lhe exigisse saúde e vigor físico, Antônio da Silva Mello invocou o artigo 9º do Decreto de 7 de janeiro de 1865, que estabelecia a preferência na ocupação de empregos públicos para os voluntários que haviam servido na guerra.¹⁷ O suplicante expôs suas habilitações para o cargo, que lhe fora negado quatro vezes. Por último, disse que depois de solicitar outro emprego, dessa vez o de escrivão de órfãos da cidade de Santo Amaro, “teve ainda o desgosto de se ver preterido pelo bacharel Luiz Jacinto Vergne de Abreu, que já era juiz municipal”.¹⁸

Entretanto, Antônio da Silva Mello sentia-se no direito de ser nomeado. Escreveu: “Nós voluntários de pronto acudimos, abandonando o que nos era mais caro, e não trepidamos em sacrificar nossas vidas em defesa da pátria; para hoje sermos preteridos por aquele que nenhum serviço dessa ordem tenha prestado ao país”¹⁹.

Assim, por meio da imprensa, ele tentou negociar sua promoção com o governo. O suplicante, “sem nenhum outro intuito, se não o de ter um ofício, de onde tire os meios de subsistência, visto que se impossibilitou para qualquer trabalho material, propunha-se, caso fosse empossado no cargo que requereu, desistir da pensão concedida por carta imperial de 1o de fevereiro de 1868”²⁰.

Antônio Mello era um jovem de 27 anos. Sem a perna, mutilada na guerra, como outros soldados se entregou à bebedeira, à vadiagem e à apatia diante da vida. Não queria ser censurado por aqueles que amiúde apontavam para a ociosidade dos inválidos nas ruas da cidade. Não desejava ser esquecido pela história pátria que lhe tirou a perna quando lutou em sua defesa. Talvez por meio da imprensa pudesse narrar suas proezas de campanha e demonstrar o seu ressentimento com a nação.

Ressentido também era o soldado João de Deus, mutilado do braço direito, que foi empregado na portaria da Escola Central, na Bahia. Os alunos que ali estudavam eram frequentemente vistos reunidos a sua volta para ouvir as histórias épicas da campanha. Todavia, menos de cinco anos depois de concluída a guerra, o velho soldado não despertava mais o interesse dos estudantes com as narrativas heroicas que a si atribuía.²¹ O esquecimento cobriu com o seu manto o velho servidor da

17 BN/RJ. Jornal A Reforma, Rio de Janeiro, 7 mar. 1873.

18 Idem, Ibidem.

19 BN/RJ. Jornal A Reforma, Rio de Janeiro, 7 mar. 1873.

20 Idem, Ibidem.

21 IGHB. Jornal O Alabama, Salvador, 3 fev. 1875.

pátria.

Se no decorrer da guerra o não cumprimento do decreto imperial, que criava os corpos de Voluntários da Pátria, era justificado pela falta de documentos comprobatórios dos suplicantes, depois do conflito agravou-se o descaso do governo com os soldados que serviram na campanha. Viúvas e órfãos, inválidos e soldados recorreram ao governo e, por mais de quatro décadas, requereram o pagamento de pensões, etapas, vencimentos atrasados, lotes de terras. Suas petições eram mandadas para o depósito dos “impossíveis” com a competente “guarda-se”²² do ministro.

Tão logo a guerra foi concluída, a imprensa de oposição – leia-se *A Reforma* de Porto Alegre e *A Reforma* do Rio de Janeiro – foi incansável em atacar o governo pela demora em indenizar as famílias dos soldados mortos na guerra.

Quantas famílias de valentes defensores da pátria gemem na miséria, por terem perdido o pai, o irmão, o esposo. Quantos destes defensores abandonaram seus empregos e indústrias se encontram em dificuldades amargas e com o rubor de vergonha estendem a mão à caridade de seus compatriotas e o governo que não se preocupou com os voluntários; o governo tem tempo para ocupar-se com festas.²³

O pagamento do soldo integral por invalidez, decorrente de moléstias ou de ferimentos adquiridos em campanha, foi uma questão que se arrastou por muitos anos, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado. Restringir o pagamento da gratificação era, no entendimento do jornal, uma atitude arbitrária porque premiava apenas aqueles que voltassem sadios à pátria depois de 1º de março de 1870.²⁴

Assim foi publicado no jornal sobre a interpretação que o governo imperial pretendeu dar ao Decreto 3.371, de 7 de janeiro 1865: “É uma perfeita injustiça. Cabe-lhe o dever e a obrigação de cumprir religiosamente as cláusulas em virtude das quais tomaram armas os soldados voluntários da pátria”²⁵.

Muitos soldados que desembarcaram na Corte em pequenos contingentes antes que a guerra terminasse – na maioria doentes, convalescentes ou mutilados – chegavam do Paraguai com a baixa do serviço militar. O prolongamento da estadia desses soldados no Rio de Janeiro devia-se, sobretudo, ao não atendimento de suas súplicas pelas autoridades do governo, referentes aos soldos atrasados,

22 BN/RJ. Jornal Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 3 maio 1886.

23 BN/RJ. Jornal A Reforma, Rio de Janeiro, 1º jun. 1870.

24 Idem, Ibidem.

25 Idem, Ibidem.

etapas, assim como o prêmio de 300mil réis.

Tranquelino Teixeira Machado: vendeu o “Hábito de Cristo” para regressar à Província

Mesmo com a saúde restabelecida, bandos de soldados permaneciam na Corte, entregues à prática de jogos de azar, à vida boêmia em prostíbulos e a tudo que a capital do Império podia oferecer. Sem recursos para retornar às respectivas comarcas, aguardavam a benevolência do governo em pagar as passagens de navios ou de trens para o retorno.

Essa foi a circunstância vivida por Tranquelino Teixeira Machado, que marchou para o Paraguai, em 1865, como primeiro-sargento do 10º Batalhão de Infantaria. No território inimigo contraiu doença incurável e, depois de inspeção médica, teve baixa do serviço militar. Almejando voltar para casa, onde buscaria restabelecer-se, solicitou ao ministro da Guerra uma passagem, que lhe foi negada. Então apelou ao imperador, humilhando-se ao dizer que teria de vender as roupas do corpo para pagar o transporte – ao que Pedro II respondeu que não chegaria a tal situação.²⁶

No dia 9 de junho de 1869, Tranquelino Teixeira Machado finalmente conseguiu embarcar para a Bahia. Não com o dinheiro prometido pelo imperador, e sim com o fruto da venda de seu Hábito de Cristo, condecoração concedida pelo general Osório, por mérito e bravura na guerra. Assim, o soldado retornou para casa sem a medalha que atestava seus feitos de campanha. Possivelmente levou consigo apenas um velho papel amassado, sua Fé de Ofício, para utilizá-lo apropriadamente na aquisição de alguma pretensão junto às autoridades na província.

José, Roque, Romão, João e Manoel: voluntários baianos mutilados, humilhados e ressentidos

O jornal O Alabama, da Bahia, descreveu a indignação de um ex-combatente de guerra. O jornal tinha uma predileção por narrar histórias de inválidos, pois em comparação com as demais províncias do Império, a Bahia foi a que ofereceu o maior número de voluntários para a guerra. Ali, as cicatrizes da campanha estavam mais expostas à apreciação pública.

- Vê aquele homem arrimado a duas muletas, coberto de andrajos?
- O infeliz a quem a deformidade priva de ganhar a vida e obriga a mendigar.
- Ontem não era assim. Era um homem robusto e perfeito; um bravo que se inutilizou derramando o seu sangue na defesa de sua pátria.²⁷

26 BN/RJ. Jornal Opinião Liberal, Rio de Janeiro, 15 jun. 1869.

27 IGHB. Jornal O Alabama, Salvador, 11 jan. 1871.

Aquele homem atendia pelo nome de José Plínio de Oliveira e foi praça da Cavalaria de Polícia da Bahia. Quando estourou a guerra, marchou para o Paraguai. Tomou parte em diversos combates até ser baleado, em uma das coxas, e sofrer uma contusão na outra perna. Regressando à Bahia, requereu a gratificação de 300mil réis, de acordo com o Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865. O pagamento lhe foi negado justamente por ele ter retornado do Paraguai antes de encerrada a campanha. O Ministério da Guerra, porém, prometeu-lhe reforma e pensão. José Plínio nada obteve do governo. Paralítico, viu as carnes de sua perna contusa caírem, deixando os ossos expostos.

Sobre o ressentimento do ex-combatente, o jornal baiano dizia que “se aquele homem magoado por tanta ingratidão amaldiçoara a hora em que se sacrificou defendendo a honra de seu país, ninguém tem o direito de lhe levar a mal”.²⁸ O Alabama terminava o artigo alertando aqueles que regressassem da guerra para que não chorassem todas as suas lágrimas pelos companheiros falecidos nos campos de batalha, mas por si mesmos e pelo futuro incerto, de privações e desamparo, a que ficariam sujeitos depois da campanha.

Voluntários da Pátria não chorem todas as vossas lágrimas pelas ousadas de seus companheiros que se finaram nesse fúnebre necrópole do Paraguai, longe da família. Voluntários da Pátria reservem dessas lágrimas, as mais amargas, para chorardes no dia da fome e da miséria, que vos aguarda como prêmio!²⁹

As cicatrizes da guerra tornavam-se visíveis na proporção em que ela chegava ao seu término. Durante a campanha, o governo fez o possível para conter as denúncias de maus-tratos aos soldados. Inicialmente o Exército tratou de deter os feridos e mutilados, que necessitavam de serviços médicos, na província de Santa Catarina, onde instalou um hospital e uma enfermaria provisórios. Assim evitaria a presença dos soldados feridos na Corte, remetendo os ex-combatentes invalidados para suas respectivas províncias, com a promessa de que os direitos e as reivindicações seriam atendidos quando estivessem em suas casas.

O Asilo de Inválidos da Pátria – erguido na Ilha de Bom Jesus, no Rio de Janeiro, e inaugurado em 1868 – abrigou, também longe da população carioca, infelizes soldados. Mas se na Corte o governo conseguia amenizar o impacto da guerra, claramente presente nos soldados moribundos e mutilados, o mesmo não ocorria nas províncias, onde os jornais estampavam frequentemente episódios envolvendo

28 IGHB. Jornal O Alabama, Salvador, 11 jan. 1871

29 Idem, Ibidem.

soldados entregues à miséria depois da campanha. Ao contrário da indiferença do governo em relação às vítimas anônimas na capital do Império, as províncias tratavam de apoiá-las, pois o sentimento de pertencimento, a identificação e a aproximação dos soldados com seus conterrâneos os tornavam mais visíveis.

Circulando pelas ruas de Salvador, Roque Pereira, ex-combatente invalidado por ferimentos em campanha, exibia a condecoração que recebera do imperador por atos de bravura. Aos transeuntes da cidade baiana indagava, ressentido pelo próprio estado de penúria:

De que serve este Hábito de Cristo que vê-me pender no peito, se o governo de minha pátria me deixa morrer de fome, a mim que me mutili no serviço dela? Vê esta perna? É uma parte inútil do corpo; só ela recebeu duas balas.³⁰

Roque requereu do governo imperial o pagamento a que alegava ter direito pelos serviços prestados na guerra. Nada conseguiu. Afirmava que se na Corte nada havia alcançado, não seria na província natal que as suas dificuldades seriam mitigadas. Na condição de indigente, dizia que seria obrigado a puxar carroça com a condecoração no peito, mas que tinha certeza de que seus irmãos de pátria iriam se sensibilizar com sua terrível condição, já que na “corte de gente estranha” eram todos indiferentes ao seu estado de infortúnio.

Na mesma condição de privação estava o soldado Romão de Aquino Gomes, que em documento ao comandante das Armas da Bahia, declarou ter sido ferido na perna direita no ataque de 24 de maio de 1866. Em consequência da lesão ficou aleijado e, por não ter obtido pensão, foi obrigado a recorrer à caridade pública, esmolando nas ruas para conseguir um par de muletas, uma camisa, uma calça e uma blusa, pois as roupas que possuía estavam inutilizadas.³¹ O ex-combatente expunha também que, de passagem na Corte, nem sequer lhe haviam dado um agasalho para matar o frio, pois ninguém o tratara como um soldado da pátria.

Idêntico infortúnio padeceu João Carlos de Souza França, que embarcou em Salvador para a guerra no batalhão comandado pelo coronel Modim Pestana. João Carlos combateu nos dias 18 e 24 de maio de 1866 e foi baleado na perna direita. De volta à Bahia, viveu esmolando de porta em porta, como espelho da miséria da própria terra que o havia abandonado. O jornal O Alabama divulgou que enquanto a guerra estava em curso, ao Brasil chegavam silenciosamente caravanas de inválidos e

30 IGHB. Jornal O Alabama, Salvador, 18 mar. 1870.

31 APEBa. Seção Colonial e Provincial, maço 3.419.

desamparados pelo Império. “Deixai passar a turba de mendigos”, publicou o jornal.³²

Eram homens que penduravam no peito, sob a blusa esfarrapada, uma fileira de fitas multicores atestando o heroísmo no campo de batalha – “Aqueles fragmentos de fardas ocultavam cicatrizes honrosas obtidas na defesa da pátria. Deixai passar os mendigos!”³³ Eram sujeitos sustentados por pedaços de pau, tidos como muletas, pois haviam perdido a perna nas trincheiras inimigas. Homens que traziam as mangas de suas blusas pendentes, porque haviam deixado ambos os braços nas banhadas paraguaias.

O mesmo jornal descreveu o caso do soldado cujo rosto ficara medonho depois de ficar cego em função de uma descarga à queima-roupa. “Privado dos olhos não se fez calar-se bradando pelas ruas: Viva o Imperador! Viva a nação brasileira”³⁴. Era apelidado de “doido” pelos transeuntes e enxotado pelos moleques das ruas, que lhe atiravam pedras. Mas em sua loucura os gritos eram, na verdade, uma ironia direcionada ao governo que lhe abandonara.

Em setembro de 1870, entre os homens que trabalhavam na Companhia Baiana no trapiche da Barra, encontrava-se um servente que – apesar das roupas andrajosas, do rude emprego de carregar e descarregar barcos e de remar canoas conduzindo passageiros para bordo dos vapores que ali chegavam – havia sido um combatente da Guerra do Paraguai. Ele se criara na Bahia e, muito jovem, havia se alistado no Corpo Policial da província e alcançou os postos de cabo, primeiro-sargento e tenente.

A história desse homem confunde-se com o início da guerra: em 13 de março de 1865, ele embarcou para o Paraguai sob o comando do major Carlos Ferreira de Castro. Na passagem pelo Rio de Janeiro, foi designado alferes por antiguidade. Tomou parte na batalha de 24 de maio de 1866, nos combates de 16 de julho de 1866 e no ataque de Curupaiti. Voltou para Tuiuti, em princípios de julho de 1867, onde foi promovido ao posto de tenente. O nome do tão brilhante soldado era Manoel da Cunha Mesquita, que também havia sido cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e porta-estandarte na batalha de 24 de maio de 1866.³⁵

Em outras províncias também registraram-se casos idênticos. No Rio Grande do Sul não houve silêncio diante das cicatrizes de seus provincianos, expostas nas ruas da capital. A Reforma, editado em Porto Alegre, igualmente mostrou a situação de indigência de combatentes que esmolavam pelas

32 IGHB. Jornal O Alabama, Salvador, 13 dez. 1866.

33 Idem, Ibidem.

34 Idem, Ibidem.

35 IGHB. Jornal O Alabama, Salvador, 17 set. 1870.

ruas da cidade. Os gaúchos compuseram as forças do exército de linha, majoritariamente.

Joaquim Anselmo de Santana, natural de Porto Alegre, após vinte anos de serviços prestados na Marinha de Guerra brasileira, marchou para o Rio de Janeiro e de lá ingressou em um dos batalhões que seguiram para o Paraguai. Como praça, lutou nas batalhas de Paissandu e Riachuelo, onde adquiriu grave enfermidade que o levou ao hospital de Assunção. Na inspeção médica foi considerado incapaz para o serviço militar. Joaquim retornou para o Rio de Janeiro, onde recebeu a baixa do serviço da Marinha. Inutilizado, era mais um soldado lançado pelo governo à penúria – de volta ao Rio Grande do Sul, passou a viver como indigente até ser recolhido à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.³⁶

José Joaquim Pitanga: medalhas para um veterano esquecido

O caminho que restou aos defensores da pátria, assim como a seus familiares, foi o da burocracia do governo. As vozes de inválidos, de viúvas, de órfãos e de soldados ficaram silenciadas nas pilhas de requerimentos e petições dirigidas ao monarca. Essas súplicas eram referentes a promoções na carreira militar, reajustes de soldos, baixas do serviço militar, gratificações, empregos públicos, pensões, pedidos de muletas, passagens de navios, esmolas, condecorações, licenças para residir em outras partes do país e para asilar-se na Ilha de Bom Jesus.

Os apelos aparecem nos relatórios dos presidentes de província, nos anais das assembleias legislativas provinciais, das câmaras de deputados e do Senado, nos requerimentos dirigidos ao Ministério dos Negócios da Guerra, em súplicas ao imperador e a sua família, nos ofícios dos comandantes dos quartéis e fortalezas, onde serviram muitos dos inválidos, e frequentemente na imprensa. Diante de toda essa documentação, como esquecer as falanges de mutilados que fizeram a Guerra do Paraguai?

José Joaquim Pitanga, solteiro, natural da província da Bahia, residente na Travessa das Pastilhas, número 30, lutou na guerra da independência, em 1822, e quarenta anos depois serviu à pátria como enfermeiro na Guerra do Paraguai. Contava em 12 de novembro de 1869 com 70anos, quando escreveu ao imperador com o intuito de ser agraciado com a medalha do Hábito da Imperial Ordem da Rosa.

Perante o Augusto Trono de Vossa Majestade Imperial, prostra-se José Joaquim Pitanga, veterano da Independência da Província da Bahia, que sentou praça em 1816 no Batalhão da Legião de Caçadores, obteve baixa do serviço em 1831. Condecorado com a medalha da

³⁶ MCSHJC. Jornal A Reforma, Porto Alegre, 7 abr. 1870.

Campanha de 1822 por decreto de sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro I. Tendo o suplicante se contratado para o serviço da guerra, contra o governo do Paraguai, como enfermeiro, em 22 de julho de 1866. Seguindo para o Estado oriental no vapor Itaparica naufragou na Barra de Montevideu no dia 23 de agosto do dito ano.³⁷

José Joaquim Pitanga serviu como enfermeiro em vários hospitais no Paraguai. Expunha ter seguido seu destino quando cumpria a sua honrosa missão, desempenhada com zelo e prontidão. Depois de concluir o contrato com o Exército, pediu exoneração quando já se achava com a saúde debilitada. Mesmo assim, o veterano de guerra, doente e velho, nutria o desejo de ser condecorado com o Hábito da Imperial Ordem da Rosa pelos serviços prestados desde o tempo de dom João IV até a Guerra do Paraguai. Declarava possuir somente parte da documentação que comprovava o mérito de sua petição – havia perdido a outra parte no naufrágio que sofreu na barra de Montevideu.

Trata-se de um processo volumoso, dirigido a diversas autoridades do governo e ao imperador. Entre os documentos, uma declaração do cirurgião Francisco João Fernandes atesta que José Joaquim Pitanga serviu como enfermeiro nos hospitais de Corrientes e no Saladeiro, e que “nessa função mostrou sempre muita aptidão, zelo, humanidade, e subordinação, tornando-se por isso digno de muita estima e consideração”³⁸. Quatro outras declarações, assinadas por médicos com quem trabalhou nos hospitais no sul do país e no Paraguai, também compunham o processo.

Feitas as averiguações pela Secretaria dos Negócios do Império, verificou-se que nos livros de registros dos decretos publicados não constava que José Joaquim Pitanga recebesse pensão do governo. Em 12 de novembro de 1870, o processo foi remetido ao Ministério da Guerra, que deu o seguinte despacho: “O suplicante deve apresentar documentos autênticos para provar os serviços que alega ter prestado, e não atestados, que, além de gratuitos, não se acham devidamente reconhecidos”³⁹. Até 1875 o requerente ainda não havia sido atendido em sua ambição.

Considerações finais

Depois da guerra, a primeira historiografia sobre o conflito foi marcada pelo nascimento das narrativas épicas. Nelas, testemunhas anotaram em livros de memórias momentos de patriotismo e

37 AHEX/RJ. Requerimento de José Joaquim Pitanga ao imperador D. Pedro II. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1869. Documentos do século XIX.

38 AHEX/RJ. Declaração de serviço prestado pelo enfermeiro José Joaquim Pitanga, assinada por Francisco João Fernandes, 2º cirurgião em comissão. Humaitá, 13 de março de 1869. Documentos do século XIX.

39 Despacho do Ministério dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 12 nov. 1869.

de glória para o Brasil, para assim transmitirem às gerações futuras as histórias de homens comuns transformados em heróis abnegados que ofereceram a vida na defesa da pátria vilipendiada pelo inimigo.

Era preciso comemorar cada comandante que se destacou na campanha e lembrar cada batalha vencida, registrar a memória no tempo. Do mesmo modo, era necessário pensar na seleção de gestos e sentidos da guerra para erguer os primeiros monumentos de pedra e bronze. Mas para lembrar esses acontecimentos grandiosos da história do Brasil, também era preciso esquecer uma outra história e outros acontecimentos – estes, repletos de sofrimento, dor, ressentimento e humilhação. Aqui vale ressaltar que o dilema de encontrar um sentido para o estudo das feridas da história não significa suscitar vítimas ou compaixão. A intenção é dar aos acontecimentos um significado mais humano. Ou, ainda, encontrar um lugar na história para os esquecidos e ressentidos, ao lado de heróis que devem muito a essas personagens silenciadas.

Os jornais, que tantas narrativas anotaram com o intuito de fazer o governo e os seus leitores refletirem sobre a condição de miséria em que se achavam milhares de órfãos, viúvas e mutilados, abandonaram a disputa partidária, comum em momentos de guerra, para retornar ao tempo linear, vazio, homogêneo.

Novos acontecimentos fizeram acumular todo um passado sem significados, caído no esquecimento. Não era possível harmonizar a história do herói com a do mutilado, a da matrona que mandara para a guerra o seu arrimo de família com a da mãe desesperada e desvalida, a da mulher que em dias de glória produzia ataduras para os feridos com a das viúvas pálidas cobertas de luto.

As bandeiras ricamente bordadas para os batalhões na hora da partida tremulavam, na chegada, rotas e desbotadas, manchadas pelo sangue nacional; por isso, eram depositadas nas igrejas, ao lado do altar-mor, ou esquecidas nos quartéis e museus. Somente aos órfãos cabia fazer uma nova história, surgida das entranhas do sofrimento, capaz de desafiar a ordem estabelecida e inscrever uma reflexão sobre o que foi esquecido.

**“O ARMAMENTO DA INFANTARIA BRASILEIRA NA GUERRA DO
PARAGUAI ENTRE 1866-1868: REVOLUÇÃO MODERNIZADORA OU DITADURA DOS
COSTUMES?”¹**

Leandro José Clemente Gonçalves²

Combate terrestre: uma revisão.

Há uma vasta discussão historiográfica sobre o caráter moderno/arcaico das Guerras da Criméia e da Secessão Americana. Por moderno se compreende uma verdadeira Revolução em Questões Militares (ou RMA, Revolution in Military Affairs), hipoteticamente proporcionada pelos avanços tecnológicos da 2ª Revolução Industrial - telégrafo, navios blindados a vapor (encorçados), balões de observação e direção de tiro de artilharia, armamento raiado (rifle), munições cilindroconodais, minas navais (torpedos), entre outros - que teriam produzido uma drástica transformação na forma de se lutar, ou seja, na tática³. Recentemente, por exemplo, o jornalista Ricardo Bonalume Neto, em reportagem sobre a Guerra do Paraguai, afirmou que o fuzil do sistema Minié podia atingir um alvo com precisão a 300 metros, levando o leitor a crer que tal distância era o usual para soldados equipados com estas armas e que, assim, havia ocorrido uma revolução nos campos de batalha, pois os fuzis Brown Bess, até então utilizados, podiam matar entre 75 e 100 metros.⁴

Por outro lado, e totalmente oposta a esta perspectiva, existe uma historiografia que considera a anterior como mero “determinismo tecnológico”. Tal abordagem vê a introdução das novas tecnologias com muito ceticismo, pois crê que tradições e conceitos militares já usuais não são facilmente abandonados em proveito de novos comportamentos em tese mais adequados às novas tecnologias. Além disso há questões relacionadas mais diretamente ao uso daquelas inovações em combate real. Sabiam, realmente, os soldados retirar o devido proveito delas? As condições climáticas não interferiam em seu funcionamento? Se interferiam, atrapalhavam ou ajudavam? O treinamento

1 Trabalho apresentado no VI Congresso Internacional de História: Realizado na Universidade Estadual de Maringá, PR, de 25 a 27 de setembro de 2013.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação da UNESP-Franca (SP) Membro do GEDES-UNESP-Franca-Brasil.

3 Entre os autores que trataram o século XIX como uma época de salto tecnológico-militar, utilizamos aqui MURRAY, Willianson. The industrialization os war, 1815-71. in: PARKER, Geoffrey. Cambridge Illustrated History of Warfare. Cambridge University Press, 1995.

4 BONALUME NETO, Ricardo. Guerra do Paraguai trouxe avanços para a medicina. In: Folha de São Paulo, Folha Ciência, domingo, 24 de agosto de 2008.

dos soldados era adequado ao seu uso em campo?

Um dos mais proeminentes especialistas em tática empregada na Guerra da Secessão Americana, o inglês Paddy Griffith, nos mostra quão precipitado foram aqueles historiadores que rotularam-na de revolucionária e moderna, quando tratavam das questões relacionadas ao emprego das novas tecnologias industriais no campo de batalha. Griffith prefere vê-la como “a última das guerras napoleônicas”.⁵ Sobre a introdução do mosquete raiado (rifle), uma tecnologia que o próprio Griffith considera muito superior aos antigos mosquetes de pederneira com alma-lisa, diz que:

O soldado estava usualmente bastante limitado a um magro suprimento de cartuchos, permitindo que o fogo pesado fosse sustentado por um regimento por apenas um período relativamente breve. Uma quase total falta de prática de tiro ao alvo significava que muitos rifles eram erroneamente carregados em combate e que os pontos mais elevada da precisão de longo alcance eram negligenciados ou ignorados. O exercício de ordem unida da época também significava que o soldado em batalha estava submetido a uma barragem de sinais, sons e emoções que deviam distraí-lo poderosamente da sua missão. Mesmo com estas maravilhosas novas armas, na verdade, permanece duvidável que uma revolução no poder de fogo tivesse realmente ocorrido.⁶

Griffith nos mostra, assim, que o soldado comum da Guerra Civil Americana, armado com rifles de modelo Minié, costumavam começar a atirar a cerca de 141 jardas (ou 129 metros) - distância que o pesquisador encontrou em relatórios oficiais de combate, tanto do exército federal quanto do exército confederado. Comparando estas distâncias com as das Guerras Napoleônicas (1799-1815), quando o fuzil mais usado era o alma-lisa (smoothbore), Nosworthy calcula uma melhora de apenas 50% no desempenho de soldados de infantaria armados com rifles.⁷

Edward Hagerman, já falecido, foi considerado um expert a respeito do impacto da tecnologia sobre a tática empregada na Guerra da Secessão Americana. Em sua tese de doutorado, publicada com o título “The American Civil War and the origins of modern warfare”, parte do princípio de que a inovação proporcionada pelas armas de alma-raiada teria levado a arte da guerra a mutar-se em arte da guerra de trincheiras. Para ele, os soldados envolvidos naquele conflito teriam percebido

5 Nossa crítica ao “determinismo tecnológico” nos estudos de história militar é baseada em BLACK, Jeremy. *Rethinking military history*. Routledge, New York, 2004, pág. 104-124 e em GRIFFITH, Paddy. *Battle Tactics of Civil War*. Yale University Press, New Heaven, 2001.

6 GRIFFITH, Paddy. Op. cit., pág. 90.

7 Idem, ibidem, pág. 147 e NOSWORTHY, Brent. *The bloody crucible of courage: fighting methods and combat experience of the Civil War*. Carrol & Graf Publishers, New York, 2003, pág. 278.

a necessidade da fortificação de campo, ou entricheiramento, como a melhor maneira de proteção contra o fogo de longo alcance de rifle.⁸

Contrariando Hagerman e seu “determinismo tecnológico”, Earl J. Hess, professor da Lincoln Memorial University, propõe uma interpretação que amplia as observações de Paddy Griffith. Segundo Hess não se pode dizer que foi o rifle o responsável pela guerra de trincheiras - até porque a Guerra Civil Americana, sobre a qual este pesquisador se detém em suas obras, já apresentava o uso destas fortificações entre os anos 1861-63, quando os fuzis de curto alcance (os Brown Bess de lamalisa e acionamento por pederneira) eram, ainda, muito comuns - mas, antes, o contato ininterrupto entre o Exército do Potomac (Federal) e o Exército da Virgínia Setentrional (Confederado):

Em vez da presença do mosquete raiado, foi a presença do Exército do Potomac que inspirou os Confederados a cavar tão extensivamente [...] A política de contato contínuo de Grant significava que os exércitos estariam dentro da distância de ataque um do outro, sujeitos a ataques repentinos que podiam ser melhor repelidos se os defensores estivessem atrás de alguma proteção. Lee não podia saber quando Grant lançaria outro assalto, então os homens automaticamente usavam suas ferramentas de entricheiramento onde quer que tomassem uma nova posição. Os Federais entricheiravam-se também por uma razão similar, mas usavam fortificações de campo ofensivamente para manterem terreno próximo às posições rebeldes ou para conservarem força numa parte do campo de batalha [...].⁹⁷

Em outra obra, Hess nos mostra, também, as limitações do mosquete raiado nas mãos de recrutas novatos. Como o soldado comum na Guerra Civil Americana não tinha consciência das potencialidades do seu mosquete raiado (rifle), ou mesmo treinamento de tiro ao alvo para exercitar cálculos de distância e precisão, Hess nega a possibilidade de que tal tecnologia poderia ter provocado uma revolução na arte da guerra. Além disso, a razão de fogo bastante lenta desta arma, que era um monotiro (single-shot) de antecarga (muzzleloader) _ tal qual, os velhos alma-lisa _ e as condições geográficas dos campos de batalha americanos (bastante acidentados e densamente arborizados), impediam um tiro bem visado de longa distância _ salvo as exceções representadas pelos escaramuçadores (batedores) e sharpshooters (snipers ou franco-atiradores), que “[...] tendiam a ser homens que tinham uma atitude natural para com as armas ou haviam recebido algum tipo de

⁸ HAGERMAN, Edward. *The American Civil War and the origins of modern warfare*. Indiana University Press, Bloomington & Indianapolis, 1992.

⁹ HESS, Earl J.. *Trench warfare under Grant and Lee: field fortifications in the Overland Campaign*. University of North Carolina Press, 2007, pág. XIV-XV.

treinamento especializado em medir distâncias”.¹⁰

Robert B. Edgerton nos apresenta a modernidade da guerra na segunda metade do século XIX mostrando que o rifle tinha um alcance tão dilatado que praticamente inviabilizava a carga com baioneta, tornando-a uma relíquia de museu. Como exemplo comprovador de tal tese mostra que na batalha de Fredericksburg (11-15.12.1862), durante a Guerra Civil Americana, apenas 6 soldados teriam sido feridos por armas brancas. Edgerton, entretanto, parece ocultar exemplos bem sucedidos do uso da arma branca para melhor comprovar seu ponto de vista.¹¹

A crença no uso da baioneta, todavia, era tal que o treinamento da infantaria, na maioria dos exércitos ocidentais, enfatizava os exercícios com esta arma, mesmo após a distribuição do mosquete raiado, em detrimento do tiro ao alvo. Brent Nosworthy salienta que as guerras da Criméia (1853-56) e Italiana (1859) exibiram ao mundo impressionantes e vitoriosas cargas de infantaria com baionetas caladas nos fuzis:

A raridade com que a baioneta era usada para infligir baixas imediatas não diminuía a confiança dos táticos militares nesta arma. Eles haviam percebido que sua eficiência não devia ser medida pelas baixas que provocava [...] Muitos historiadores militares modernos haviam falhado em apreciar a dimensão psicológica das armas cortantes e têm confundido a idéia de cargas de baionetas com a de luta com baionetas _ que hoje em dia, infelizmente, são utilizadas de maneira intercambiante. [...] Uma luta de baionetas refere-se àquela na qual os dois lados haviam manejado para avançar a uma distância extremamente próxima e fitarem um ao outro, cara a cara, conforme a ação se desenvolve numa confusa mistura na qual um indivíduo tenta baionetar seu oponente [...] Uma carga de baionetas, por outro lado, é uma tática formal, pré-definida, por meio da qual os infantas [...] estendem seus mosquetes a sua frente e correm para o inimigo, ameaçando “atravessar” quem quer que permaneça à sua frente [...] o verdadeiro poder da baioneta repousa em seu impacto psicológico sobre o oponente, muitos soldados, recrutas e oficiais, pensavam similarmente que uma carga de baionetas era o prelúdio para a luta com baionetas. [...] A eficiência da baioneta repousa no domínio psicológico em vez de ser um meio de destruição física. Quando adequadamente executada, ela animava o moral daqueles que desfecharam a carga, enquanto intimidavam os inimigos em frente, de forma que eles instantaneamente fugiam, usualmente sem nenhuma só baixa dos dois lados. [...] Nos momentos finais do ataque, aqueles que ficassem esperando a carga, em muitos casos, literalmente entrariam em pânico quando se tornasse evidente que os

¹⁰ HESS, Earl J. *The rifle musket in Civil War combat: reality and myth*. University Press of Kansas, Lawrence, 2008, pág. 4.

¹¹ EDGERTON, Robert. *Death or glory: the legacy of the Crimean War*. Westview Press, Oxford, pág. 189.

opponentes assaltantes estavam determinados a resolver a questão pelo frio aço.¹²

Muitos historiadores têm sido unânimes em adotar, pelo menos implicitamente, a perspectiva “determinista” quando tratam da Guerra do Paraguai, apresentando-a como a “primeira guerra moderna” ou “primeira guerra total” da América Latina.¹³ Assim como as guerras da Criméia (1853-1856) e da Secessão Americana (1861-1865), o conflito com o Paraguai (1864-1870) também testemunhou a presença de tecnologias bastante inovadoras para a época. A suposição, porém, de que tais avanços foram capazes de transformar a face da guerra de forma irreversível precisa ser novamente analisada - tarefa que nos dispomos a encarar desde já.

Durante a Guerra do Paraguai, em especial no período que aqui tratamos (1866-1868), todas estas questões acerca do armamento, do treinamento e da tática estiveram presentes. Doravante procuraremos trata-las. Para tanto, nos utilizamos de fontes primárias constituídas de diários (oficiais e particulares), memórias e reminiscências de ex-combatentes, Relatórios do Ministério da Guerra (anos 1863, 1867-1871) e livros de época de autores que, quando não estavam diretamente envolvidos no conflito, acompanharam-no pela imprensa da época e apresentaram opiniões e juízos que nos são, igualmente, muito preciosos.

Deixemos agora que as vozes do passado nos comuniquem suas impressões sobre o comportamento dos soldados frente aos mosquetes raiados e lisos, as armas de retrocarga e repetição, a baioneta, o telégrafo, a artilharia raiada, o revólver, o balão cativo e tantos outros progressos da engenhosidade militar humana, destinados a aumentar as oferendas ao deus da guerra.

Armamento portátil

Aqui estamos lidando com o armamento que um soldado pode carregar consigo (mosquetes, revólveres, baionetas) e o uso que pode dar a ele. Começamos pelo mosquete que, como seus similares (clavina de cavalaria, mosquetão de engenheiros e artilheiros, carabina para infantaria de caçadores e espingarda para a infantaria de fuzileiros), chamaremos de “armas de ombro”, como fazem os historiadores europeus e americanos (shoulder arms).

O armamento de ombro brasileiro, segundo podemos constatar no Relatório Ministerial de 1858, era ainda do modelo Brown Bess, ou seja, de alma-lisa, e ignição pela fâisca da pederneira.

¹² NOSWORTHY, Brent. Op. Cit., pág. 267.

¹³ Tal é o caso de DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra. Cia das Letras, São Paulo, 2002, pág. 195.

Naquele mesmo relatório, entretanto, podemos ler a interessante medida modernizadora do armamento, mandada implementar pelo então ministro da guerra, Manuel Felizardo, dizendo:

[...] que todo esse armamento de fuzil seja substituído por armamento fulminante, fazendo substituir desde logo alguma porção, que já existia no arsenal da corte, mandado transformar para fulminantes todas as armas de fuzil existentes em bom estado, e, finalmente, fazendo encomendas para a Europa. Por este modo a substituição irá efetuando-se sucessivamente. Além desta espécie de armamento, encomendei mais para a Europa porção eficiente de armamento raiado e de precisão à Minié, com o qual serão armadas companhias de escolha de cada regimento ou batalhão, ou mesmo corpos inteiros. Este armamento à Minié é destinado a servir, de preferência, nos tempos de guerra, podendo servir nos tempos ordinários o armamento comum.¹⁴

Nas “Instruções para a aquisição de armamento na Europa”, constantes do Relatório do Ministério da Guerra de 1864, podemos ver que o ministro José Marianno de Mattos havia enviado a Europa uma comissão de oficiais do exército, chefiada pelo general Polydoro da Fonseca Q. Jordão - que durante a Guerra do Paraguai comandou o 1º corpo de exército em 1866 - composta, ainda, pelos capitães Ayres Antonio de Moraes Ancora e Jeronymo Francisco Coelho e o mestre espingardeiro Otto Mehring . Foi tal comissão que adquiriu os primeiros rifles “Minié”, na Bélgica, e Enfield, na Inglaterra. A maior preocupação do ministro entretanto, era a aquisição de potente artilharia costeira que pudesse danificar navios encouraçados. Foram adquiridos, então, 27.000 fuzis e carabinas raiados, além de 85 canhões (todos igualmente raiados) e 17.000 projéteis cilíndricos de artilharia.¹⁵

O general Paulo de Queiroz Duarte nos mostra que, então, foram adquiridos armamentos raiados nos modelos “Minié”, de calibre 14,8 mm, e “Enfield”, de calibre 14,66 mm.¹⁶ Evidentemente, havia o problema da duplicidade de calibres, fato que podia causar confusão na distribuição de munições. Tal fato levou o exército a padronizar o armamento ainda durante a guerra em 1867, no calibre “Minié”, recalibrando as peças Enfield, como chama a atenção o “Manual do soldado de infantaria”, de 1872, do capitão Antônio Francisco Duarte:

Conquanto esta medida trouxesse uma pequena diminuição no alcance do tiro, em virtude do pouco forçamento da bala de 14,66 mm, por ter-se querido aproveitar grande quantidade deste cartuchame, que até então existia, teve por outro lado a vantagem

14 Relatório do Ministério da Guerra do ano de 1858, pág.35. Por “fuzil” o ministro compreendia o armamento de pederneira e alma-lisa. Quando, porém, fala em “fulminante” está se referindo a uma arma disparada pela queima de uma pequena espoleta de cobre com conteúdo de mercúrio - tal arma podia ser raiada ou lisa.

15 Relatório do Ministério da Guerra de 1864, Instruções para a aquisição de armamento na Europa, pág. 3, 4 e 5.

16 DUARTE, Gen. Paulo de Queiroz. Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai. Bibliex, Rio de Janeiro, 1980, Vol. I, pág. 162.

de ficarmos reduzidos a um só calibre, 14,8 mm, obviando o grave inconveniente que poderia resultar se continuássemos no mesmo sistema de cartuchames distintos, qual o de verem-se nossos soldados, no momento do combate, privados de fazerem uso de suas armas, por causa de um engano fácil de dar-se na ocasião da distribuição das munições.¹⁷

Perceba-se que o perigo maior era, durante um combate prolongado, fato nada incomum na Guerra do Paraguai, um soldado equipado com armamento Enfield receber munição de 14,8 mm, impossível de colocar na sua arma. Todavia, o capitão Duarte salienta que existia, no caso inverso, a perda de potência do tiro de 14,66 mm na arma de Minié, diminuindo o alcance deste projétil. Aqui já temos um fator limitador do desempenho destas armas.

Adler H. F. de Castro, do Museu Conde de Linhares, nos mostra a gravidade desta escolha do exército:

O resultado foi uma degradação das qualidades balísticas do armamento Minié, pois, apesar da diferença de calibres nos parecer mínima _menos de dois décimos de mmilímetro_ experiências recentes mostraram que o uso de uma bala subcalibrada na Minié é suficiente para fazer a bala “trambolhar” a já 25 metros da boca da arma, perdendo precisão e poder de penetração.¹⁸

O visconde de Pelotas já chamava atenção para estes problemas logo após o final do conflito ao colocar que:

O armamento a Minié, de que se serviu nossa infantaria na ultima guerra, pode-se dizer que preenchia as necessidades do momento. Os paraguaios dispunham apenas de dois corpos armados com carabinas raiadas, e então algumas vezes tiramos vantagem de nossas armas, a que opunham as antigas espingardas lisas [...]. Disse algumas vezes [...] no princípio da guerra, porque com a sua continuação essa superioridade foi desaparecendo, para o que concorreram diversas razões: o estrago das armas, a diversidade de adarmes e muito principalmente a péssima gente que era mandada para preencher as lacunas [...].¹⁹

Rifles demandavam, como ainda demandam, constante treinamento de tiro ao alvo, além de toda a instrução das operações de manutenção e limpeza do armamento. Os militares franceses e ingleses haviam percebido, desde os anos 1850, que estas novas armas exigiam rigoroso treinamento

17 DUARTE, Cap. Antônio Francisco. Manual do Soldado de Infantaria. Apud: FRAGOSO, Gen. Augusto de Tasso. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Biblioteca do Exército Editora, 1960, Vol. V, pág. 304

18 CASTRO, Adler Homero de. Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai. Pág. 9.

19 Relatório do Ministério da Guerra do ano de 1871, Anexo A, pág. 49.

dos seus usuários para que se pudesse obter o melhor rendimento delas. Os franceses estabeleceram uma escola de tiro em Vincennes e os ingleses em Hythe, com o objetivo de selecionar sargentos de todos os corpos de infantaria de seus respectivos exércitos, instruí-los e devolve-los aos seus corpos para que treinassem seus soldados. A ênfase desta preparação recaía sobre o tiro ao alvo e a estimativa de distâncias, especialmente porque a trajetória da bala cilíndrica do rifle - em forma parabólica - exigia tal condicionamento.²⁰

Nas recordações de guerra de Dionísio Cerqueira, por exemplo, podemos ler que:

O nosso pequeno e mal aparelhado exército deixava muito, senão tudo, a desejar, desde a instrução técnica e o preparo indispensável para a guerra a' te o comissariado de víveres e forragens [...].

Ou ainda

A minha ignorância naqueles assuntos não era privilégio meu. Quase todos os camaradas sofriam o mesmo mal. Não podia ser de outro modo porque não nos instruíram. [...] Não me consta que durante os quatorze meses, que medearam entre a rendição de Montevidéu e a passagem do Paraná, houvesse um só exercício de tiro ao alvo, quer na artilharia, quer na infantaria ou cavalaria.²¹

Tal carência, entretanto, não era um privilégio do exercito brasileiro. O tenente Francisco Seeber, do exército argentino, em carta a um amigo, diz:

Os fuzis que nos foram dados são de qualidade muito má. São de fulminante, fabricação alemã para exportação, e muito não disparam o fulminante ao primeiro golpe do gatilho. Atiramos muito pouco ao alvo, e a economia de pólvora se traduzirá mais tarde em esbanjamento de vidas.²²

A maior parte do treinamento, pelo menos antes de 1866, era baseado em manobras de linhas e colunas e a passagem de uma para outra.²³ O resultado inevitável, do que foi dito até aqui, é que, portanto, os soldados de infantaria brasileiros não sabiam e não podiam por causa da munição, aproveitar as largas vantagens de maior alcance e precisão de seu armamento.

Outro problema que detectamos na documentação diz respeito ao carregamento de vários

20 NOSWORTHY, Brent. Op. Cit.. pág. 31-32 e MYATT, Frederick. The illustrated encyclopedia of 19th century firearms. Salamander Books, London, 1979, pág. 61-64.

21 CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da campanha do Paraguai. Biblioteca do Exército, 1980, pág. 63 e 65-66.

22 SEEBER, Francisco. Cartas sobre la Guerra del Paraguay, 1865-1866. Talleres Gráficos de L. J. Rosso, Buenos Aires, 1907, pág 38.

23 CERQUEIRA, Dionísio. Op. Cit.. pág. 72.

projéteis no mesmo rifle Minié. Em sua breve tese para a Escola Militar em 1872, o capitão Antonio J. do Amaral, falando a respeito das vantagens do armamento de retrocarga sobre o de antecarga, diz “não há nestas armas o perigo que oferecia o armamento antigo, de ficarem carregados com dois ou maior número de cartuchos, feito que muitas vezes se dava no ardor do combate [...]”

O capitão prossegue nos mostrando um relatório do governo dos Estados Unidos que apresentava a impressionante quantidade de 24.000 armas de ombro, recolhidas após a batalha de Gettysburg (01 a 03 de julho de 1863), na Guerra Civil Americana, que ainda estavam carregadas, sendo que quase a metade tinha dois cartuchos no cano e 25% tinha entre três e dez cartuchos.²⁴ Uma explicação possível é que o fulminato podia arrebentar mas não acionar a pólvora do cartucho, levando o soldado a uma nova recarga, prejudicando o desempenho e o alcance da arma.

As trocas de tiros com os paraguaios, embora os fuzis brasileiros contassem com alças de miras para até 825 metros de alcance²⁵, davam-se, geralmente, à distâncias bem curtas. Dionísio Cerqueira nos fala que no combate de 16 de julho de 1866, os homens do 4º batalhão de infantaria de linha, ao qual estava agregado como alferes, atiravam a 200 metros do inimigo²⁶, Bormann diz que a infantaria brasileira, na 2ª batalha de Tuiuti (03.11.1867), começou a sua fuzilaria quando se deu a carga inimiga e que os paraguaios estavam a 200 metros quando receberam o seu sinal de ataque²⁷.

Ou ainda, novamente Dionísio Cerqueira:

A briga andava cada vez mais travada. Os soldados já não tiravam a vareta para calar a bala. Derramavam a pólvora no cano, metiam o projétil e batiam com o coice no chão. Em combate geralmente o soldado não aponta: por isso as zonas perigosas são as do ponto em brando e do maior alcance da arma. Há entre eles uma zona neutra, onde são raros os impactos.²⁸

Assim, notamos que as balas, não sendo adequadamente socadas na culatra, deviam perder muito de sua potência quando disparadas e, pior, que na excitação do combate o soldado não mirava e, dessa forma, não aproveitava o maior alcance de sua arma. Um problema que E. J. Hess também identificou na Guerra Civil Americana que “ a trajetória parabólica era tão alta que as balas voavam sobre as cabeças de muitos oponentes, criando duas zonas de morte.”²⁹

24 AMARAL, Antonio José do. A influência do armamento de carregar pela culatra sobre os diferentes ramos da arte militar fez-se sentir convenientemente na ultima guerra em que o Brasil este empenhado com o Paraguay? Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1871.,pág. 24

25 Cf. CASTRO, Adler Homero de. Op. Cit., pág 8.

26 CERQUEIRA, Dionísio. Op. Cit., pág. 167.

27 BORMANN, José Bernardino. História da Guerra do Paraguay. Impressora Paranaense, Curitiba, 1897, vol. 2, pág 61

28 CERQUEIRA, Dionísio. Op. Cit., pág. 232.

29 HESS, Earl J., Op. Cit., pág. 02

O tenente Seeber, queixando-se dos uniformes argentinos que julga desconfortáveis _ diz que são excelentes alvos para os atiradores paraguaios, mas que estes não podem se aproveitar disso porque suas armas têm pouco alcance e, de qualquer maneira, “[...] que os encontros se dão sempre à meio tiro de fuzil, à cuja distância toda cor é igual.”³⁰

E, já que falamos de Seeber – natural de Buenos Aires - é importante frisar que os contingentes portenhos estavam equipados com o rifle Thouvenin, de fabricação francesa, com alcance bem próximo dos 825 metros previstos para o Minié e o Enfield.³¹

Notamos, nestes três testemunhos de época, portanto, que os soldados e oficiais não eram preparados para extrair o ótimo de suas armas, transparecendo que a precisão não fosse uma necessidade básica em combate, mas sim o volume de fogo proporcionado pela concentração de homens em fileiras, e a rapidez de tiro.

Por fim, há no Diário do Exército uma interessante, embora passageira, citação de uma constatação feita pelo tenente Etchebarne, da Marinha Imperial, de que, no dia 14 de abril de 1868, após ter desembarcado de um navio da esquadra para encontrar-se com o marquês de Caxias, teria passado pela área do combate do Forte do Estabelecimento (19.02.1868), onde observou que “[...] na margem do rio muitas árvores crivadas de balas de infantaria, o que não poderia atribuir senão à fuzilaria do combate de 19 de fevereiro último [...]”.³²

Podemos notar, então, que os soldados, além de tudo o que já foi relatado aqui, também eram ainda atrapalhados pelas características próprias de uma luta num terreno acidentado ou arborizado, impedindo a plena eficácia do armamento.

Referências Bibliográficas.

- AMARAL, Antonio José do. A influência do armamento de carregar pela culatra sobre os diferentes ramos da arte militar fez-se sentir convenientemente na ultima guerra em que o Brasil este empenhado com o Paraguay. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1871.
- BLACK, Jeremy. Rethinking military history. Routledge, New York, 2004,
- BONALUME NETO, Ricardo. Guerra do Paraguai trouxe avanços para a medicina. In:

30 SEEBER, Op. Cit., pág. 113-114

31 DE MARCO, Miguel Angel. La Guerra del Paraguay. Buenos Aires, Emecé Editores, 2007, Pág. 123-125.

32 CAXIAS, Luis Alvez de Lima e Silva, Duque de. Diário do exército em operações sob commando em chefe do Exmo. Sr. Marechal de Exército Maquez de Caxias. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, Tomo 91, vol. 145, 1926. , pág. 346.

Folha de São Paulo, Folha Ciência, domingo, 24 de agosto de 2008

- 10.4025/6cih.pphuem.148
- BORMANN, José Bernardino. História da Guerra do Paraguay. Imprensa Paranaense, Curitiba, 1897, vol. 2.
- CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da campanha do Paraguai. Biblioteca do Exército, 1980
- DE MARCO, Miguel Angel. La Guerra del Paraguay. Buenos Aires, Emecé Editores, 2007.
- DUARTE, Gen. Paulo de Queiroz. Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai. Bibliex, Rio de Janeiro, 1980.
- DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra. Cia das Letras, São Paulo, 2002.
- EDGERTON, Robert B.. Death or Glory: the legacy of the Crimean War. Boulder: Westview Press, 1999.
- GRIFFITH, Paddy. Battle Tactics of Civil War. Yale University Press, New Heaven, 2001.
- HAGERMAN, Edward. The American Civil War and the origins of modern warfare. Indiana University Press, Bloomington & Indianapolis, 1992.
- HESS, Earl J.. Trench warfare under Grant and Lee: field fortifications in the Overland Campaign. University of North Carolina Press, 2007.
- _____. The rifle musket in Civil War combat: reality and myth. University Press of Kansas, Lawrence, 2008.
- MYATT, Frederick. The illustrated encyclopedia of 19th century firearms. Salamander Books, London, 1979.
- NOSWORTHY, Brent. The bloody crucible of courage: fighting methods and combat experience of the Civil War. Carrol & Graf Publishers, New York, 2003.
- PARKER, Geoffrey. Cambridge Illustrated History of Warfare. Cambridge University Press, 1995.
- Relatórios do Ministério da Guerra.
- SEEBER, Francisco. Cartas sobre la Guerra del Paraguay, 1865-1866. Talleres Gráficos de L. J. Rosso, Buenos Aires, 1907.

**ASPECTOS LOGÍSTICOS DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA:
CAMPANHA DO ALTO PARAGUAI (PROVÍNCIA DE MATO-GROSSO)**

Luiz Augusto Rocha Do Nascimento¹

RESUMO

A guerra é feita com meios pessoas e materiais. A logística militar é a chave para o sucesso das campanhas militares. O objetivo do presente trabalho é o de apresentar aspectos logísticos da Guerra do Paraguai, particularmente na província do Mato Grosso.

Palavras-chave: logística. Guerra. Paraguai. Mato Grosso.

ABSTRACT

The war has made with personal and material resources. Military logistics is the key to the success of military campaigns . The objective of this paper is to present logistical aspects of the Paraguayan War , particularly in the province of Mato Grosso

Key-words: logistics. War. Paraguay. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

A logística é fundamental para as operações militares. Um ditado militar norte-americano fala que “amadores falam de estratégia, profissionais falam de logística”². É uma atividade que acompanha a arte militar desde seus primórdios. Um comandante militar, desde o início da formação das forças militares, não entrou em combate sem ter à disposição os meios para a batalha.

A logística só se sistematizou no século XX com o as necessidades apresentadas na II Guerra Mundial. Seu estudo permitiu não só que as tropas se valessem dela. O aperfeiçoamento da logística, após a guerra, sofreu um grande avanço na sua utilização no meio civil. Muito do progresso experimentado após o conflito veio de seus aperfeiçoamentos por diversos estudiosos e empresários.

A força militar brasileira, constituída pelo Exército, a Marinha e a Guarda Nacional, se estruturou no século XIX. O Brasil independente levou consigo a experiência militar portuguesa. A organização

¹ Coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro (Retirado), Professor de História do Colégio Militar de Brasília (Brasília-DF) Contato: prof.luau@gmail.com

² VAS, 2011 b, p. 65.

de recursos humanos e materiais ocorreram à medida que a jovem nação se estabelecia no cenário sul-americano, acompanhando as nações fundadas a partir da dissolução do império colonial espanhol.

O Exército e a Marinha imperiais se forjaram nos duros combates que se seguiram à independência do Brasil do domínio de Portugal. Pode-se dizer que o Império se forjou à custa do sangue das revoltas internas, como a Revolução Farroupilha, e externas, como as lutas na Bacia do Rio da Prata e da Tríplice Aliança. Como afirma Vas:

O conflito com o Paraguai se configurou num importante repositório da história militar brasileira por se tratar justamente do único grande conflito internacional a mexer não somente com o Brasil mais também com outros três países da América do Sul, a saber, Argentina, Paraguai e Uruguai. O drama do conflito com o Paraguai, portanto, provém de uma complicada trama político-econômica que assolava a região do Rio da Prata, com questões relativas a aspectos econômico-comerciais, questões de fronteiras e uma delicada relação diplomática entre os envolvidos³.

A força militar brasileira não estava em condições de combater contra o Paraguai. Sua atuação se restringiu a conflitos externos no sul, além de ações de sufocamento de revoltas internas, vencidas a partir de uma organização menos elaborada. Quando enfrentou tropas acostumadas por anos à guerra, essa falta de uma preparação adequada ficou evidente. A longa duração da Revolução Farroupilha (dez anos) é uma evidência disso.

O Brasil não possuía uma infraestrutura mínima para lidar com as necessidades logísticas. O imprevisto foi uma tônica em toda a guerra: “O planejamento da guerra em si seguiu o mesmo padrão de organização das forças militares brasileiras, com grande propensão à improvisação e à limitação estrutural-funcional das forças postas em operação”⁴ A organização de uma força militar nacional esbarrava com a disponibilidade dos recursos para mantê-la.

Assim, o desenvolvimento do sistema logístico no Brasil, apesar de ainda inexistente na realidade daquela época, se desenvolveu, sobretudo a partir da Guerra da Tríplice Aliança:

A problemática da logística empregada na Guerra Grande é um dos elementos mais desafiadores para a jovem e a antiga oficialidade brasileira, boa parte da qual se punha em armas pela primeira vez. Em primeiro lugar, advertimos que não é possível considerar o termo ‘logística’ naquele contexto da mesma forma como se entende hoje. A técnica militar

3 VAS, 2011 a, p. 1.
4 VAS, 2011 a, p. 13.

em meados do século XIX nas plagas sul-americanas ainda caminhava lentamente rumo a um ponto de eficiência máxima, que era, tornar os exércitos sul-americanos tão eficientes quanto os europeus. Isso, entretanto, despendia tempo e investimentos em larga escala nas forças militares, investimentos que começariam pela educação, passariam pela equipagem material para terminar com a sua profissionalização ⁵.

A pesquisa histórica do passado traz à luz decisões e procedimentos que se podem, no futuro, tirar proveito. O conflito permanece como objeto de estudo, apesar de decorridos cem anos de seu início. Isto reflete seu grau de importância e que seus ensinamentos não foram totalmente conhecidos. O Teatro de Operações do Mato Grosso, apesar de permanecer por décadas como região de litígio entre os dois países, representou um palco de guerra secundário para brasileiros e paraguaios.

OBJETIVO

Este trabalho teve por finalidade verificar alguns aspectos ligados à logística do Teatro de Operações (TO) do Alto Paraguai (Mato Grosso), como o Paraguai conhecia esta província brasileira. Não teve o objetivo de discorrer sobre um sistema inexistente à época, visto ser isso um anacronismo elementar no estudo da história. Porém, deseja verificar os cuidados e decisões ligados a esse importante tema da guerra, partindo da literatura disponível, de modo a trazer à luz as decisões tomadas para empreender a campanha militar nesse TO.

O trabalho se justificou pelo fato de que o levantamento histórico dos aspectos logísticos da maior campanha militar da América do Sul, travado em meio à vastidão territorial brasileira, paraguaia e argentina, é capaz de proporcionar subsídios a propostas de integração entre os países do MERCOSUL, que conta com a participação dos quatro países beligerantes.

A China estudou a reedição da Rota da Seda, milenar caminho percorrido no sentido Oriente-Occidente⁶. Guardadas as devidas proporções, retrata que práticas antigas se fazem importantes no século XXI. Assim, o estudo da “Guerra Grande”, como os paraguaios a chamam, será capaz de trazer soluções a problemas que ainda se verificam na região no século XXI.

METODOLOGIA

Para efeitos deste trabalho abordou-se o tema em três fases: na primeira contextualizaram-se

⁵ VAS, 2011 a, p. 12-13.

⁶ REVISTA SOCIEDADE MILITAR, 2014.

aspectos da logística militar conhecida até o século XIX, de maneira geral, enfatizando os trabalhos do Barão de Jomini. A segunda fase abordou aspectos doutrinários da logística preconizados pelo Ministério da Defesa do Brasil. A terceira fase discorreu sobre os acontecimentos no Teatro de Operações do Baixo Paraguai (Mato Grosso) sob a ótica dos aspectos logísticos.

As Forças Singulares (Exército e Marinha) possuem regulamentos de logística. Porém, a escolha da Doutrina de Logística Militar do Ministério da Defesa, em detrimento dos regulamentos de cada uma dessas Forças, se deve ao fato de que a atuação do Exército e da Marinha Imperiais ocorreu combinadamente. Assim, conceitos estudados *per se* não corroboram com a realidade do objeto do presente estudo.

ASPECTOS DA LOGÍSTICA MILITAR

Não se pode imaginar como os persas de Dario e Xerxes movimentaram tropas em grande número em sua campanha contra os gregos. Ainda hoje, no século XXI, é tarefa muito difícil aprovisionar trinta mil homens de seus exércitos da Trácia⁷. Nem as investidas das legiões romanas por todo o mundo conquistado pela cidade dos césares. Os exércitos não se movimentavam sem que os meios adequados disponíveis para garantir suas vitórias.

A palavra logística tem suas raízes ligadas ao cálculo e à administração. O termo *logistikos* era utilizado na Grécia Antiga para significar a habilidade de calcular. Platão utilizou-o nos seus famosos diálogos *Timeu* e em *Crítias* para opor a ideia de um cálculo prático à de cálculo mais teórico, a aritmética teórica.⁸

O termo *logisteuo*, no grego antigo, significava *administrar* ou *administração*. Ligava-se, assim, a outra acepção do que conhecemos hoje como logística. Tanto que, na organização dos cursos superiores do Brasil, é uma disciplina que faz parte dos cursos de Administração ou se encontra graduações ou pós-graduações próprias. O termo latino *logista* era utilizado em Roma e em Bizâncio para referenciar algumas atividades de administração.⁹

O princípio da concepção de uso de concepções de “apoio logístico” teve origem na Suécia entre 1611 e 1632. O rei Gustavo Adolfo, também um brilhante general, utilizou melhorias nos seus processos de combate de forma a dinamizar as práticas de suprimento e de manutenção de suas forças

7 FILHO, 1983, p. 119.

8 VAS, 2011 b, p. 74.

9 VAS, 2011 b, p. 74-75.

militares.

A palavra logística se popularizou por meio do general Antoine Henri de Jomini, o barão de Jomini. Ele ganhou notoriedade ao atuar junto aos exércitos de Napoleão Bonaparte. Ligou a palavra ao *mar chal des logis* ou *marechal de logis*. O termo *loger* em francês envia à ideia de casa, lugar ou alojamento. Portanto, o vocábulo *logistique* se originou das incumbências atribuídas ao *marechal de logis*.¹⁰

Correspondia à autoridade responsável por prover facilidades de alojamento, fardamento e alimentação às tropas, aos acampamentos e às marchas a partir do reinado do Rei Sol, Luís XIV (1638-1715)¹¹. Era um tempo anterior às famosas Guerras Napoleônicas onde os movimentos eram demorados. As guerras não se assemelhavam às de movimento observadas por Jomini e alguém precisava cuidar das áreas de estacionamento dos exércitos.

Assim, antes de Napoleão, eram oficiais que exerciam as funções de alojar ou acampar as tropas, de dirigir as colunas e de situá-las sobre o terreno. Esta era a limitação de toda a logística. Abrangia somente a castrametação comum. Esta é parte da arte da guerra que trata da escolha dos terrenos próprios para assentar acampamentos, das condições a que estes devem satisfazer e do modo de construí-los. Origina-se das palavras latinas *Castra* (acampamento, lugar fortificado) e *metari* (medida)¹².

O Barão de Jomini escreveu que a logística era uma classe de detalhes da execução do serviço do Estado-Maior, que deveriam constar em regulamentos sobre o serviço em campanha, em algumas instruções especiais para os Quartéis-Mestres (*Quartiermeister* em alemão)¹³.

Os novos métodos de guerra, sem acampamentos, e os movimentos introduzidos na guerra fizeram com que os movimentos fossem mais complicados e as atribuições do Estado-Maior cresceram proporcionalmente¹⁴. Assim, Jomini relacionou uma série de providencias para que os Estados-Maiores pudessem apoiar os exércitos face à nova realidade da guerra¹⁵:

1) Preparar com antecipação todo o material necessário para por o exército em movimento, ou, em outras palavras, para abrir a campanha e dar as ordens, instruções e itinerários para o conjunto da Exército e seu lançamento subsequente sobre seu teatro de operações.

10 VAS, 2011 b, p. 75.

11 VAS, 2011 b, p. 74.

12 FÁRIA, 1956.

13 JOMINI, 2008, p. 200.

14 JOMINI, 2008, p. 201.

15 JOMINI, 2008, p. 202-204.

2) Elaboração de forma adequada das ordens do general-em-chefe para diferentes operações, bem como planos de ataque para os combates que se espera.

3) Organizar com os chefes de engenheiros e artilharia as medidas a serem tomadas para o estabelecimento e a conservação dos depósitos, a para fortificar os pontos que devem contribuir para facilitar as operações.

4) Ordenar e dirigir reconhecimentos de todo tipo, procurando desta forma, ou usando espíões, como informação mais exata possível das posições e movimentos do inimigo.

5) Tomar todas as precauções para a boa execução dos movimentos ordenados pelo general em chefe. Organizar a marcha das diferentes colunas, para que todos possam se mover de uma forma ordenada e coordenada. Determinar com certeza que os meios requisitados para a facilidade e segurança de marchas estão preparados. Regular a forma e o tempo de paradas.

6) Dar composição adequada para as vanguardas, retaguardas, flancos, e todos os corpos destacados, e preparando boas instruções para a sua orientação. Fornecer todos os meios necessários para o exercício das suas funções.

7) Prescrever formulários e instruções para os comandantes subordinados ou seus oficiais do Estado-Maior, em relação aos diferentes métodos de distribuição das tropas em colunas quando o inimigo está à mão, bem como a sua formação da maneira mais apropriada, quando o exército se engajar no combate, de acordo com a natureza do terreno e das características do inimigo. Jomini se refere aqui às instruções gerais e formas, que não são para ser repetidas a cada dia. Essa repetição seria impraticável.

8) Indicar para guardas avançadas e outros destacamentos os pontos de concentração no caso de seu ataque por números superiores, e informando-lhes que tipo de apoio eles podem esperar receber em caso de necessidade.

9) Organizar e superintender a marcha do trens de bagagens, munições, provisões, e ambulâncias, tanto com as colunas e na sua retaguarda, de tal modo que eles não interfiram com os movimentos de tropas e ainda estarão ao alcance da mão. Tomar precauções com a ordem e segurança, tanto em marcha e quando os trens são interrompidos e estacionados.

10) Não descuidar da chegada sucessiva de comboios de suprimentos. Reunir todos os meios de transporte do país e do exército, e regular o seu uso.

11) estabelecer os campos e aprovar as regras para a sua segurança, a boa ordem e a polícia.

12) Estabelecer e organizar linhas de operação e suprimentos, bem como linhas de comunicação com estas linhas para os corpos destacados. Designar oficiais capazes de organizar e comandar a retaguarda do exército; cuidando da segurança de destacamentos e comboios, fornecendo-lhes boas instruções e cuidando também da preservação de meios de comunicação adequados do exército com a sua base.

13) Organizar depósitos de convalescença, feridos, e os doentes, hospitais móveis, e oficinas para reparos, prevendo a sua segurança.

14) Manter registro preciso de todos os destacamentos, tanto dos flancos como so da retaguarda; manter um olho sobre os seus movimentos, e cuidando para seu retorno à coluna principal, para que o seu serviço destacado não seja maior que o necessário; dando-lhes, quando requerido, algum centro de ação e formação de reservas estratégicas.

15) Organizar a marcha de batalhões ou companhias para reunir homens isolados ou pequenos destacamentos para mover em qualquer direção entre o exército e da sua base de operações.

16) Em caso de cercos, ordenar e supervisionar o trabalho das tropas nas trincheiras, fazendo acordos com os chefes de artilharia e engenheiros como para os trabalhos a serem realizados por aquelas tropas para a gestão em surtidas e assaltos.

17) Em retiradas, tomar medidas de precaução para preservar a ordem; colocar tropas descansadas para apoiar e manter a retaguarda; nomear oficiais inteligentes de Estado-maior para analisar e selecionar as posições onde a retaguarda possa vantajosamente parar, enfrentar o inimigo, verificar a sua execução, e, assim, ganhar tempo; prever com antecedência para a circulação dos comboios, que nada deve ser deixado para trás, e que eles procederão na mais perfeita ordem, tomando todas as precauções corretas para garantir a segurança.

18) Em acantonamentos, atribuir posições aos diferentes corpos; indicando para cada divisão do exército principal um lugar de reunião em caso de alarme; tomar medidas para ver que todas as ordens, instruções e regulamentos são implicitamente observados.

O século XIX teve em Jomini o seu grande pensador na área de logística. Apropriou o termo e dedicou parte de sua obra a falar sobre o assunto. Seu estudo deriva das ideias de Frederico II da Prússia, O Grande, e se mistura com as do seu contemporâneo e rival, o também prussiano Carl Von Clausewitz. Assim, a Guerra de Secessão americana e a Guerra da Tríplice Aliança ocorreram à luz dessas ideias, fruto da realidade da época.

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DA LOGÍSTICA MILITAR BRASILEIRA

O Brasil teve grande influência francesa em vários aspectos de sua vida. Assim, não foi diferente com relação à logística. O exército brasileiro, à semelhança do francês, utilizava o princípio de sobreviver com os meios disponíveis no Teatro de Operações. Um exemplo disso é que as baionetas dos soldados franceses possuíam uma base que possibilitava moer grãos para o consumo em campanha.

O estudo da logística se sistematizou a partir do século XX. Esse estudo ocorreu particularmente nos Estados Unidos. O Brasil também participou desse estudo ao organizar sua doutrina sobre o tema, particularmente no final desse século e no início do seguinte. Para isso o Ministério da Defesa muito concorreu, pois, após o início dos seus trabalhos no governo Fernando Henrique Cardoso, passou a dispor sobre a padronização dos processos das Forças Armadas do Brasil.

Na logística militar se destacam, por sua importância, as seguintes fases: a. determinação das necessidades; b. obtenção; e c. distribuição. [...] Essas fases estão relacionadas entre si e devem ser sempre consideradas, quanto à sua aplicabilidade, nas funções, atividades e tarefas da logística militar. [...] A determinação das necessidades é a base da obtenção e da distribuição¹⁶.

A **Determinação das Necessidades** (grifo do autor) decorre do exame pormenorizado dos planos propostos e, em particular, das ações e operações previstas, definindo quais são as necessidades, quando, em que quantidade, com que qualidades e em que local deverão estar disponíveis. A importância dessa fase é ressaltada pela complexidade a ela inerente e por se constituir na base em que se assentarão as fases subsequentes¹⁷.

A **Obtenção** (grifo do autor) é a fase em que são identificadas as fontes e tomadas as medidas para a aquisição e a obtenção dos recursos necessários¹⁸. Ela se divide na obtenção de pessoal e de material e animais. A obtenção do pessoal necessário dar-se-á, dentre outros, por intermédio de um dos seguintes métodos: movimentação de pessoal, treinamento, concurso, formação, convocação, mobilização, contratação e recrutamento¹⁹.

A obtenção de recursos materiais e animais e de serviços dar-se-á, dentre outros, por intermédio de: doação; compra; contratação de serviço; confisco; pedido; requisição; desenvolvimento; troca;

16 BRASIL, 2002, p. 17.

17 BRASIL, 2002, p. 17-18.

18 BRASIL, 2002, p. 18.

19 BRASIL, 2002, p. 18.

empréstimo; arrendamento mercantil; e transferência²⁰. Para efeito de planejamento, deve ser levada em consideração a existência e a destinação de material salvado e capturado²¹.

A **Distribuição** (grifo do autor) consiste em fazer chegar, oportuna e eficazmente, aos usuários, todos os recursos fixados pela determinação das necessidades. [...] A distribuição dos recursos materiais compreende o recebimento, o armazenamento, o transporte e a entrega²².

O Ministério da Defesa menciona em sua doutrina, também, as Funções Logísticas. Ele entende que “Função Logística é a reunião, sob uma única designação, de um conjunto de atividades logísticas afins, correlatas ou de mesma natureza”²³. Para isso, elenca sete funções: recursos humanos; saúde; suprimento; manutenção; engenharia; transporte; e salvamento²⁴. Esses entendimentos serviram como base para orientar a pesquisa deste trabalho e apresenta-lo de forma mais didática.

O planejamento e a execução da logística atenderam, grosso modo, a essas linhas gerais na Guerra da Tríplice Aliança. O trabalho reafirma que isso não caracteriza anacronismo. Pelo contrário, modela de uma forma didática o estudo da situação da época. O estudo também guardou o que existia à época do conflito, retirando aspectos logísticos ligados somente aos séculos XX e XXI.

O TEATRO DE OPERAÇÕES DO ALTO PARAGUAI (MATO GROSSO)

Os brasileiros defenderam que o conflito teve seu início com o apresamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, em 12 de novembro de 1864. Este barco era de construção do empresário Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá²⁵. Os paraguaios remarcaram a data para 12 de outubro de 1864, marco da invasão brasileira ao Uruguai, conforme circular de 17 de novembro de 1864 do Ministro paraguaio José Bergés²⁶. Mencionam uma nota deste ministro para o Império datada de 30 de agosto de 1864²⁷.

A expedição paraguaia formou-se em duas colunas: uma fluvial e outra terrestre. Todos tinham uniformes novos, com camisas escarlates, apresentando um aspecto muito pitoresco²⁸. A Divisão de operações do Alto Paraguai ficou a comando do Coronel Cidadão Vicente Barrios, secundado pelo Tenente-Coronel Cidadão Francisco Gonzalez²⁹.

20 BRASIL, 2002, p. 18-19.

21 BRASIL, 2002, p. 19.

22 BRASIL, 2002, p. 20.

23 BRASIL, 2002, p. 21.

24 BRASIL, 2002, p. 21.

25 CALDEIRA, 1995, p. 422.

26 THOMPSON, 1968, p. 39.

27 YEGROS & BREZZO, 2013, p. 78.

28 THOMPSON, 1968, p. 43.

29 MELLO, 1961, p. 141.

A expedição terrestre se subdividiu em duas colunas. A primeira (Coluna de operações sobre a Vila de Miranda e Rio Mbotetey ou Miranda) ficou a cargo do Coronel Cidadão Francisco Izidoro Resquin tendo como segundo em comando o Capitão Cidadão Blas Rojas. A segunda (dourados e Rio Brillhante) ficou com o Capitão Cidadão Martin Urbieta. Integrava-se à expedição a frota nacional sob as ordens do Capitão de Fragata Cidadão Pedro Ignácio Meza³⁰.

Levantamento das necessidades

A preparação paraguaia para a guerra se iniciou com bastante antecedência³¹. Antes da guerra espões paraguaios circularam livremente pela província brasileira. A província era muito extensa e não existiam, à época, mapas confiáveis de todo o território. Tinham a finalidade de levantar informações para a invasão que se seguiu. As incursões se motivaram nos problemas de limites entre a República e o Império que, até o início da guerra, não se resolveram³².

Os espões paraguaios levantaram uma série de dados pormenorizados sobre a província. Dentre eles estava Isidoro Resquin, que comandou uma coluna da invasão; o Tenente Herreros, da Marinha paraguaia, que perdeu a vida no porto de Dourados; e o Tenente de Cavalaria Pedro Pereyra que invadiu o sul de Mato Grosso com um punhado de homens, passando por todas as colônias da região na coleta de dados³³. Eles levaram a Solano Lopez uma série de dados que proporcionaram ao governante paraguaio dar instruções pormenorizadas para a operação contra o Mato Grosso³⁴.

Recursos Humanos

Lopez organizou seu exército a partir dos acampamentos de Cerro Corá, Encarnación, Humaitá, Assunção e Concepción. Totalizaram 64.000 instruídos para a guerra, com um exército contando um efetivo de 28.000 homens³⁵. Os paraguaios não possuíam uma escola de formação (ao contrário das Escolas de Formação de oficiais do Exército e Marinha imperiais): contaram com muitos instrutores estrangeiros contratados. Dentre eles estavam o então Capitão Hermenegildo Portocarrero, defensor do Forte Coimbra durante a invasão³⁶.

O Exército imperial no Mato Grosso, pelo contrário, era muito aquém do necessário. Contava apenas com 876 homens do Exército em Mato Grosso³⁷. Para efeitos logísticos, a Repartição

30 MELLO, 1961, p. 142.

31 THOMPSON, 1968, p. 32.

32 MELLO, 1961, p. 124-125.

33 BARROS, p. 56.

34 MELLO, 1961, p. 128-130.

35 THOMPSON, 1968, p. 32.

36 FRAGOSO, 1956, p. 261.

37 FRAGOSO, 1956, p. 261.

eclesiástica contava com cinco representantes: dois homens no Distrito Militar da Cidade de Cuiabá; um no Distrito Militar da Cidade de Mato Grosso; um no Distrito Militar de Vila Maria; e um em Nioaque (Distrito Militar da Vila de Miranda)³⁸.

O Exército contava também com cinco elementos da Companhia de Artífices distribuídos desta forma: Distrito Militar da Cidade de Mato Grosso (um), um no Distrito Militar da Cidade de Mato Grosso, um no Distrito Militar de Vila Maria, um no Distrito Militar do Baixo Paraguai (Nova Coimbra) e mais um no Distrito Militar da Vila de Miranda (Colônia de Miranda)³⁹.

A Marinha Imperial possuía, à época, um Arsenal em Cuiabá, com efetivo de marinheiros também muito pequeno face à extensão da província⁴⁰. A força naval se constituía de 134 homens e 132 cavalos⁴¹. Uma força combativa muito pequena para a extensão da província e da necessidade de deslocamento pelos rios da região, particularmente do Paraguai.

O exército paraguaio se organizava conforme os exércitos e os regulamentos espanhóis. Pagava nominalmente sete pesos fortes por mês (soldados rasos), mas, na prática, eles recebiam seu pagamento bimestralmente. O soldo se dividia em três partes: prata, moeda em mercadorias. Estas se adquiriam em armazéns do governo destinados a esse fim. Com a guerra, entretanto, Lopez não pagou mais soldo, embora determinasse o pagamento de três “gratificações” com valores aproximados a um soldo mensal⁴².

No Mato Grosso, ao contrário, a situação era ruim. Como retrata o Patrono do Serviço de Saúde do Exército brasileiro:

Para João Severiano da Fonseca, a prática de desvio dos vencimentos da tropa, medicamentos, fardamento e etapa de alimentação, era prática antiga já denunciada ao Ministério da Guerra em 1849. O comissário de limites comparou os oficiais aos *saca-olhos* [grifo do autor], militares que durante a Guerra do Paraguai lucravam com o fornecimento de gêneros a tropa, muitas vezes desviados da própria etapa de alimentação⁴³.

A mobilização paraguaia era mais eficiente do que a imperial. Como retrata Maestri:

Mitigava o desequilíbrio demográfico apenas o fato de que o Paraguai era sociedade nacional centralizada com a possibilidade de mobilizar rapidamente a população masculina. Enquanto que o Brasil, de organização e conformação semi ou pré-nacional, necessitava de maior tempo

38 FRAGOSO, 1956, p. 256-257.

39 FRAGOSO, 1956, p. 256-257.

40 MELLO, 2009, p. 197.

41 SCHNEIDER, 1902, p. 127.

42 THOMPSON, 1968, p. 32.

43 MELLO, 2009, p. 114.

e enorme esforço para mobilizar *parte* [grifo do autor] da população livre. Mesmo assim, apenas as forças da ativa da Guarda Nacional perfaziam quase meio milhão de soldados – talvez duas vezes a população paraguaia!⁴⁴

O Paraguai estava muito melhor preparado que o Brasil. Contavam com um comando único (Lopez), estavam treinados, possuíam uma grande reserva e seus planos de invasão foram cuidadosamente realizados. O Mato Grosso, ao contrário, tinha muito menos efetivo do que o necessário para sua defesa. Estava longe da Corte e em situação de abandono. Apesar do material apreendido e levado pelos paraguaios ter-se mostrado muito grande, não havia quem os utilizasse na mesma proporção.

Saúde

O Corpo de Saúde do Exército imperial brasileiro se organizava, como o restante da Força, de maneira aquém do necessário para as suas responsabilidades:

Iniciada a Guerra da Tríplice Aliança, o Corpo de Saúde era teoricamente bem organizado. Não era como alguns escritores se referem: “*improvisado e sem competência*”. Era mal dimensionado. Os meios materiais eram tão precários, quanto o que ocorria na tropa combatente. Não por culpa ou incompetência do Corpo de Saúde e sim da do descaso do Império com a defesa nacional⁴⁵.

Em relação ao apoio de Saúde, apenas o Hospital Militar de Cuiabá e as enfermarias, precárias, existentes nos destacamentos (Forte Coimbra, Corumbá, Vila Miranda e Nioaque). Além das colônias militares de Dourados e Miranda. Tinha como diretor um major da Reserva (combatente). Um absurdo não só pela hierarquia (o médico era um cirurgião-mor) como por se tratar um leigo⁴⁶.

Além disso, a falta de homens se aliava à falta de material para os poucos profissionais de saúde existentes em Mato Grosso. “Na defesa de Mato Grosso, assim como do Rio Grande não havia condições para uma boa atuação do Corpo de Saúde. Faltava suprimento, medicamentos e faltava médico. Além das caixas de suprimentos vazias. Por desvio no caminho”⁴⁷.

Suprimento

44 MAESTRI, 2013, p. 35.

45 MOURA, 2011, p. 111.

46 MOURA, 2011, p. 113.

47 MOURA, 2011, p. 114.

A província brasileira do Mato Grosso estava totalmente alijada da Corte do Imperador Dom Pedro II. Suas linhas de comunicação eram extensas e inseguras. Os brasileiros estavam à mercê do capricho dos governantes paraguaios em permitir a passagem pelo rio Paraguai. Havia sempre merecido muito pouca atenção do Governo imperial.⁴⁸

Isso era inconcebível se se levasse em conta tanto a proximidade deste território junto à República do Paraguai, com a qual permaneciam pendentes, à época, as questões de limites nessa região, como os preparativos bélicos realizados por Solano López. O Brasil confiava demais na habilidade de sua diplomacia e a aversão demonstrada pelos paraguaios, aparentemente, de embarcar em aventuras guerreiras.⁴⁹

Solano López conhecia perfeitamente o estado de abandono em que se encontrava o Mato Grosso: todos os elementos bélicos que o Brasil possuía em sua província passaram pelo porto de Assunção, onde seus agentes de fiscalização o informaram dos elementos que o Império acumulara na província durante as mais distintas épocas. Tratava-se, assim, de uma operação segura, de um passeio militar, de um golpe assestado a seu adversário sem que este estivesse em condições de revidar o ataque por muito tempo.⁵⁰

A expedição fluvial partiu em dois escalões. Utilizaram como pontos de apoio e reabastecimento a cidade de Concepción, O Forte Olimpo e o Porto da Baía negra. O primeiro saiu de Assunção (km 390) no dia 14 de dezembro de 1864. Parou em Concepción (km 700). Reabasteceu-se dois dias nesta localidade (charque, milho, lenha, mate). Realizou, também, outra parada no Forte Olimpo (km 1.087) para se reabastecer de lenha provida pelo forte e pelas árvores da vizinhança⁵¹.

O segundo escalão saiu da capital guarani em 23 de dezembro de 1864. Realizou, também, uma parada de 48 horas em Concepción, pelos mesmos motivos do primeiro escalão. Depois partiu e encontrou o primeiro escalão no porto de Baía Negra (Km 1.250). Deste local os dois escalões seguiram juntos na direção do Forte Coimbra. Nesse local, após o ataque, reorganizaram suas provisões para prosseguir na invasão⁵².

O vapor “El Apa”, integrante da expedição, partiu de Assunção em 8 de dezembro de 1864. Rebocou balsas-currais para transporte de animais para a foz do Apa (Forte da Confluência). Chegou

48 BEVERINA, 1943, p. 39.

49 BEVERINA, 1943, p. 39.

50 BEVERINA, 1943, p. 39.

51 MELLO, 1961, p. 142-143.

52 MELLO, 1961, p. 143.

neste porto em 12 de dezembro de 1864. Viajou três vezes para o Forte Olimpo conduzindo 300 cabeças de gado e 15 cavalos. Uniu-se à coluna fluvial em 19 de dezembro de 1864 no porto de El Salvador. Levava novo lote de gado para consumo da frota. Outros navios levavam barcaças a reboque com gado e víveres para a expedição⁵³.

A invasão do Baixo Paraguai ocorreu também para assegurar suprimentos para os paraguaios. Lopez sabia o que mobiliava a província tendo em vista não só seus espiões na região como os levantamentos realizados nos navios que abasteciam Mato Grosso e paravam, obrigatoriamente, no porto de Assunção. “Havia grandes depósitos de armas no Mato Grosso, não existindo, porém população e infraestrutura capazes de sustentar invasão imperial por aquela região”⁵⁴.

Portanto, o próprio Império foi responsável por suprir os paraguaios de armas e munições durante o restante da guerra. Os depósitos, abastecidos nos locais invadidos, sobretudo no Forte Coimbra, integraram os paióis guaranis. Tais foram as quantidades de armas e pólvoras que trouxeram os paraguaios dos depósitos em Mato Grosso que o Paraguai não teve necessidade de prover-se de outra parte para suportar a guerra durante o tempo que ela durou⁵⁵.

Além disso, “a expedição buscava arrebanhar animais vacuns e cavalares abundantes na região para alimentação das tropas e da cavalaria paraguaios”⁵⁶. Ideia corroborada por Barros: “Mato Grosso era a esperança do abastecimento de carne, se fossem cortadas as comunicações com Corrientes”⁵⁷. Porém, a “peste das cadeiras” (*trypanosomiose equina*), doença fatal, dizimou a cavallhada e dificultou a locomoção do rebanho bovino para o Paraguai⁵⁸.

Além disso, a ligação de Corumbá com a Bolívia (antiga região do Vice-Reinado do Rio da Prata) abriu nova rota de suprimento:

Tanto assim que, em relação a Mato Grosso, as pretensões do presidente paraguaio não se resumiam à área litigiosa na fronteira. Pretendia, por ali, também atingir a Bolívia e chegar ao Oceano Pacífico, tendo enviado, para tanto, uma missão, chefiada por um engenheiro francês (posteriormente executado por ordem de Lopez) para explorar a região em que se deveria iniciar a construção de uma estrada oferecendo proteção e garantia aos bolivianos, além de transporte gratuito aos comerciantes que realizassem transações com o Paraguai pela rota de Corumbá, o que serviria para o seu abastecimento em caso de guerra, com bloqueio do Rio da Prata⁵⁹.

53 MELLO, 1961, p. 146.

54 MAESTRI, 2013, p. 43.

55 CENTURION, 2013, p. 152.

56 MAESTRI, 2013, p. 43.

57 BARROS, 2007, p. 51.

58 MAESTRI, 2013, p. 43.

59 BANDEIRA, 2012, p. 296.

A conquista de Corumbá possibilitou para os paraguaios também, posteriormente à Campanha do Mato Grosso, a obtenção de outros recursos como, por exemplo, para a saúde:

Depois de algumas expedições com o intuito de reconhecer o terreno e examinar possibilidades, iniciaram-se as obras visando abrir o caminho entre Corumbá e Santo Corazón. Em julho de 1866 o comando paraguaio foi informado sobre o término da empreitada.

Santo Corazón constituía-se assim num provedor de gêneros alimentícios para as tropas paraguaias estabelecidas em Corumbá. Além disso, o exército paraguaio organizava constantes incursões pelo território boliviano em exercícios militares, que abarcavam também a busca por folhas de coca. Estas eram destinadas aos hospitais de sangue, com o propósito de proporcionar alívio aos feridos nas batalhas⁶⁰.

O caminho da Bolívia significou um “respiro” para López. Isto se tornou necessário face ao fechamento de sua rota de suprimentos pelo sul de seu país. Outros petrechos, com pólvora e armamentos, continuaram a entrar no Paraguai via Bolívia, sob a aquiescência de Melgarejo, dirigente boliviano. Provinham, provavelmente, dos Estados Unidos da América, conforme previsão do Conselheiro Saraiva que ocupava o Ministério de Negócios Estrangeiros em 1865⁶¹.

Manutenção

O Paraguai contava em Assunção com uma estrutura para realizar reparos. O material recolhido durante a expedição ao Mato Grosso, particularmente do Forte Coimbra, foi enviado para capital paraguaia. Assunção recebeu um primeiro carregamento de sessenta e sete canhões de bronze, de todos os calibres, desde 4 até 32 libras. Cinquenta carpinteiros trabalharam dia e noite, afanosamente, para montar tais canhões em rodados de campanha e na construção de carretas de munição⁶².

A fábrica de ferro (fundição) se estabeleceu no governo de Carlos Antônio López no ano de 1850 junto ao arroio Ybycui sob a direção do Engenheiro Mr. Guillermo Godwin. Contou com o auxílio de diversos oficiais estrangeiros sob o comando do Engenheiro em Chefe Mr. Guillermo Whitehead. O comandante da guarnição onde se situava a fundição estava sob o comando do tenente de fuzileiros Elizaldo Aquino ⁶³.

Durante a guerra, os técnicos ingleses fabricaram nos arsenais de Assunção canhões excepcionais,

60 SILVA, 2007, p. 4.

61 BANDEIRA, 2012, p. 236-237.

62 THOMPSON, 1968, p. 47.

63 ARECES & BOSIO, 1998, p. 93-94.

que causavam muitos danos aos aliados, provocando-lhes ao mesmo tempo admiração. O canhão *El Cristiano* (O Cristão ⁶⁴), de doze toneladas e calibre 150, assim chamado por ter sido fabricado com o bronze dos sinos, foi levado como troféu para a cidade do Rio de Janeiro (exposto hoje na Praça dos Canhões do Museu Histórico Nacional ⁶⁵). Outro item famoso era o canhão *El Guarani*. Junto com *El Cristiano*, destacaram-se no assédio de Humaitá e Angostura, e foram conservados como obras de grande valor ⁶⁶.

Engenharia

O Paraguai possuía duas Companhias de *bogavantes*. O termo se origina de *bogar* (ou vogar) e *avante* (à frente). Constituía o primeiro remeiro de cada barco ou galera. Ou também o lugar em que se sentava esse remeiro. Eram basicamente remadores. Tinham a missão de construir e conduzir canoas.⁶⁷

A coluna fluvial que atacou o Mato Grosso contava com sapadores ligados à artilharia, como era usual à época. “Em relação à engenharia e à artilharia, algumas pequenas modificações estruturais foram responsáveis por um considerável avanço em termos de manobrabilidade e eficiência técnica dos quadros do Exército, dinamizando o aparato logístico do mesmo”⁶⁸.

Transporte

A força naval brasileira no Mato Grosso tinha o capitão de fragata P. C. de Castro Menezes como comandante. Consistia em uma flotilha composta dos seguintes vapores: Anhambaí (40 cavalos, 34 homens de guarnição, 2 bocas de fogo); Cuiabá (40 cavalos, 31 homens de guarnição, sem artilharia); Corumbá (24 cavalos, 28 homens de guarnição); Alpha (16 cavalos, 22 homens de guarnição); Jaurú (12 cavalos, 19 homens de guarnição); e Paraná 40 (desarmado, em conserto)⁶⁹.

O transporte paraguaio se efetivou por meio da esquadilha era formada pelo Taquari, Igurey, Paraguri, Rio Blanco e pelo Yporá. Pertenciam à expedição também as escunas Independência

64 Autor deste trabalho.

65 Autor deste trabalho.

66 CANCOGNI & BORIS, 1975, p. 53.

67 MEZA, 1968.

68 VAS, 2011 a, p. 13.

69 SCHNEIDER, 1902, p. 107.

e Aquidabã, acrescidos do patacho Rosário⁷⁰. As embarcações formavam inicialmente a Marinha Mercante, e que foram artilhadas e preparadas para engrossar a Flotilha de Guerra do Paraguai durante a Guerra contra a Tríplice Aliança, de acordo com informações da época⁷¹.

A flotilha levava, também, os lanchões Humaitá e Cerro León. Nos dias de marcha vieram também juntar-se à frota os vapores Rio Apa, Salto del Guayra e Marquês de Olinda (este capturado no início da guerra e repassado para a frota guarani⁷². As forças armadas paraguaias não tinham em sua esquadra a sua força principal:

Todos os navios da Esquadra paraguaia, exceto um, eram navios de madeira, mistos, a vela e vapor, com propulsão por rodas de pás. Embora todos eles fossem adequados para navegar nos rios, somente o Taquary era um verdadeiro navio de guerra; os outros, apesar de convertidos, não foram projetados para tal.

Os paraguaios desenvolveram a chata com canhão como arma de guerra. Era um barco de fundo chato, sem propulsão, com canhão de seis polegadas de calibre, que era rebocado até o local de utilização, onde ficava fundeado. Transportava apenas a guarnição do canhão e sua borda ficava próximo da água, deixando à vista um reduzidíssimo alvo. Via-se somente a boca do canhão acima da superfície da água⁷³.

As tropas terrestres se moviam a cavalo (inclusive a infantaria). As peças de artilharia eram de tração animal, a exemplo dos canhões brasileiros. Os bois que alimentavam a tropa também serviam para o transporte dos canhões. Os cavalos eram poucos e ruins. No início da guerra havia cerca de 100 mil, mas tinham pouca resistência devido a uma doença na espinha dorsal que os depauperava rapidamente. Poucos eram capazes de galopar algumas milhas. Desde o primeiro ano da guerra viam-se muitos esquadrões de cavalaria combatendo a pé com lanças e sabres.⁷⁴

CONCLUSÃO

O estudo da Campanha de Mato Grosso não recebeu muita atenção nem de brasileiros nem de paraguaios. Embora se constituísse em área de litígio entre os dois países, e o governante paraguaio reunir esforços para reconhecer a região, os planos e intenções de Lopez ainda não estão claras.

O trabalho teve por objetivo levantar alguns aspectos ligados à logística da Campanha. Merece um aprofundamento. Porém, mostra um esforço do autor de chamar à atenção para o que se conseguiu

70 CARDOZO, 1967.

71 DOMÍNGUEZ, 2013.

72 MELLO, 1961, p. 159.

73 BRASIL, 2006, p. 110.

74 CANCOGNI & BORIS, 1975, p. 51-52.

organizar, com os meios da época, para que os historiadores reflitam sobre a capacidade dos exércitos em luta de preparar e suprir sua tropa.

REFERÊNCIAS

- ARECES, Nidia R.; BOSIO; Beatriz Gonzalez de. **El Paraguay durante los gobiernos de Francia y de los López**. Colección LA GRAN HISTORIA del PARAGUAY. El Lector. Asunción, Praguay. 1998.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2012.
- BARROS, Ruy Coelho de. **GUERRA COM O PARAGUAI Aspectos Polêmicos: Aprofundamento**. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2007. Disponível em: http://www.ppghis.com/dissertacao/arquivos/2007_Mes_Ruy_Coelho.pdf
- BEVERINA, Juan. **La Guerra del Paraguay (1865-1870)**. Biblioteca del Suboficial, vol. 118. Buenos Aires, 1943.
- BRASIL, Ministério da Defesa. **Doutrina de Logística Militar (MD42-M-02)**. Brasília, DF, 2002. 58 p.
- _____, Ministério da Educação. **História ensino fundamental e ensino médio: a importância do mar na história do Brasil**. Coordenação Carlos Frederico Simões Serafim. Organização Armando de Senna Bittencourt. Brasília, 2006.
- CANCOGNI, Manlio; BORIS, Ivan. **Solano López, o Napoleão do Prata**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1975.
- CALDEIRA, Jorge. **Mauá: Empresário do Império**. Companhia das Letras. São Paulo, 1995.
- CARDOZO, Efraim. **Hace 100 Años: Crônicas de La Guerra de 1864-1870 publicadas em “La Tribuna” de Asunción em El centenario de la Epopeya Nacional**. Tomo I. Edicione EMASA. Asunción, Paraguay 1967.
- CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. **Memórias o Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay**. Amerindia Ediciones Correntinas. Corrientes, Argentina, 2013.

- DOMÍNGUEZ, César Cristaldo. **LAS BATALLAS NAVALES (GUERRA DE LA TRIPLE ALIANZA)**. Colección 150 AÑOS DE LA GUERRA GRANDE, n. 10. El Lector. Asunción, Paraguay. Novembro de 2013. Portal Guarani. Disponível em: http://www.portalguarani.com/1247_cesar_1_cristaldo_dominguez/21940_las_batallas_navales_2013_guerra_de_la_triple_alianza_por_cesar_cristaldo_dominguez.html
- FARIA, Ernesto. **Dicionário Escolar Latim-Português**. 2ª ed. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1956.
- FILHO, Arlindo Vianna. **Tamandaré e a Logística Naval na Guerra do Paraguai**. In: Revista A Defesa Nacional n. 708. Rio de Janeiro, julho/agosto de 1983.
- FRAGOSO, Tasso. **História da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai**. vol. 1. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1956.
- JOMINI, Baron Antoine Henri de. **The Art of War**: Restored Edition. Legacy Books Press Classics. Kingston, Ontario, Canadá, 2008. Disponível em <http://www.legacybookspress.com/Books/Jomini.pdf>
- MAESTRI, Mário. **O Plano de Guerra Brasileiro em uma Guerra Assimétrica: 1865**. Revista Brasileira de História Militar. Ano IV. Nº 10. Rio de Janeiro, abril de 2013. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/artigo2RBHM10.pdf>
- MELLO, Raul Silveira de. **História do Forte Coimbra**. 4º vol. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1961.
- MELLO, Saulo Álvaro de. **O Arsenal de Marinha em Mato Grosso: Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)**. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados, 2009. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes/dissertacao-de-saulo-alvaro-de-mello>
- MEZA, Juan A. **Rugido de Leones**. Portal Guarani. Assunción, Paraguai, 15 de agosto de 1968. Disponível em <http://www.portalguarani.com/museos.php?pormustytr=MTIw>
- MOURA, Aureliano Pinto de. **O Corpo de Saúde do Exército na Tríplice Aliança**. In: Anais do I Seminário da História da Guerra da Tríplice Aliança. Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx). Rio de Janeiro, 2011.
- REVISTA SOCIEDADE MILITAR. **A China e a Rota da Seda – os interesses**

- geoeconômicos. 22 de junho de 2014. Disponível em <http://sociedademilitar.com.br/index.php/joomla-overview/1244-a-china-na-rota-da-seda-os-interesses-geoeconomicos.html>
- SCHNEIDER, Louis. **A Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai) contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870)**. H. Garnier. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01647719>
 - SILVA, Leonam Lauro Nunes da. **A participação da Bolívia no contexto da Guerra Grande (1865 – 1868)**. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Associação Nacional de História – ANPUH. 2007. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0241.pdf>
 - THOMPSON, George. **A Guerra do Paraguai**. Traduzida por Homero de Castro Jobim. Editora Conquista. Rio de Janeiro, 1968.
 - VAS, Braz Batista. **Aspectos “logísticos” da Guerra do Paraguai – 1864-1870: algumas considerações**. 2011 a. Disponível em http://api.ning.com/files/r-y9Kw3f9Erxdli*tGDQWmPCGxnrzOI7u1AG2ThZggNrpPtQG1fIS376ZPclpjbL8vP8gPDPTAdSDPqIgrnYmdMIX7j55CvU/BrazBatistaVas.pdf
 - _____. **O Final de uma Guerra e suas Questões Logísticas: O Conde D’Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)**. Cultura Acadêmica Editora. São Paulo. 2011b. Disponível em http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/O_final_de_uma_guerra_e_suas_questoes_logisticas.pdf
 - YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2013. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1072-istoria_das_relacoes_internacionais_do_paraguai.pdf

DA GUERRA AO PROFISSIONALISMO: “A *MISSÃO MILITAR*” NO IMPÉRIO DO BRASIL NO INÍCIO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Carlos Eduardo de Medeiros Gama¹

ARTIGO:

Abordaremos o contexto das mudanças e o início do profissionalismo do Exército brasileiro, inseridos no processo político do Império na segunda metade do século XIX, e temos como ponto de partida o conjunto de medidas legislativas do ano 1850. Para tanto, partiremos da discussão da Lei de N° 585 de 6 de setembro, que John Schulz caracterizou como “(...) *um efeito e um catalisador da profissionalização do corpo de oficiais. Como consequência desta lei e de seus complementos, o corpo de oficiais deixou de ser uma força privilegiada tradicional do ancien regime para se transformar-se em uma corporação relativamente profissionalizada e racional.*”²

Schulz aponta as mudanças na estrutura do Exército acarretadas pela Lei:

“A Lei de 1850 instituiu normas rígidas de promoção por antiguidade, abolindo o sistema aristocrático que permitia a oficiais bem relacionados atingir altos postos de comando com pouca idade. Este ato estipulava que, para ganhar uma patente, era preciso ter dezoito anos, ser alfabetizado e estar no exército há dois anos. (O tempo passado na academia era contado como período de serviço militar) As promoções para primeiro tenente e capitão deveriam ocorrer por tempo de serviço, após dois anos em cada posto. Como as vagas demoravam a aparecer, na prática os oficiais precisariam esperar de quatro a cinco anos, em média antes de cada nova promoção.”³

Há ainda o fato de que todos os oficiais engenheiros, do estado-maior e da artilharia deveriam ter concluído o curso de nível universitário de suas armas e aqueles que não possuíam curso foram transferidos para a infantaria e para a cavalaria. Schulz afirma que “*os generais da elite, em meados do século XIX, conseguiram atingir rapidamente suas posições segundo o padrão ancien régime,*

¹ Especialista em História Militar Brasileira da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. (2011) e Graduado em História pelas Faculdades Integradas Simonsen (2009).

² SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 27.

³ Idem, p. 26-27.

enquanto o restante dos oficiais raramente ultrapassava o posto de capitão.”⁴

Dentro desse “padrão” de Schulz o primeiro problema foi quem decretou a lei de 6 de setembro 1850: “(...) numa tentativa de introduzir modernas práticas européias no exército, o Ministro Manoel Felizardo de Souza e Melo (1848-52) decretou uma lei que revolucionaria a estrutura do corpo de oficiais.”⁵ O mesmo Ministro aparece páginas depois como “O melhor exemplo de um oficial de elite. Nascido numa família rica, formou-se em matemática em Coimbra. Ao voltar ao Brasil em 1827, foi nomeado pelo governo para o cargo de professor da academia militar, com a patente de capitão. Tinha 21 anos na ocasião.”⁶

Segundo Schulz uma *lei revolucionária* feita por um dos mais efetivos membros da elite militar letrada. Na tentativa de criar uma explicação que coubesse nos arranjos de uma “revolução” que não mais dividiria os oficiais do exército em duas classes principais: a elite e a não elite, nos parece incompleta e inapropriada.

Adriana Barreto de Souza abarca os argumentos políticos de Schulz, no qual “*O Exército brasileiro da primeira metade do século XIX ainda era uma força de Antigo Regime, um bem da Coroa.*” E que o fim da força cultural do Antigo Regime terminaria pela Lei Nº 585 do Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Melo:

“Esta tradição militar portuguesa só começa a ser alterada no de 1850, quando o ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Melo regulamentou a promoção na carreira. O critério definido pelo decreto datado de 6 de setembro era baseado na antiguidade e no mérito. A idéia era impedir que oficiais muito jovens atingissem altos postos de comando e incentivar a formação acadêmica. O diploma da Real Academia Militar tornava-se pré-requisito para todos os oficiais que pretendessem seguir a carreira nas armas de engenharia, artilharia e estado-maior. Dos infantes e cavalarianos não se exigia diploma, mas este funcionaria como critério de desempate no caso de haver oficiais com o mesmo tempo de serviço concorrendo a uma promoção. Tudo isso, no entanto, vai ser instruído de forma muito lenta. Não só porque não havia um número de oficiais com formação capaz de permitir a implantação imediata da lei, ma sobretudo porque esta ia de encontro a uma tradição que havia formado gerações de

4 Idem, p. 28.

5 Idem, p. 26.

6 Idem, p. 28.

militares e que, dessa forma, fundamentava o prestígio e a posição de importantes famílias da corte do segundo imperador.”⁷

Os argumentos, político “*da profissionalização do corpo de oficiais*” de John Schulz e o cultural de Adriana Barreto de Souza, o fim da “*tradição militar portuguesa*”, que rompe com a cultura do modo de governar do Antigo Regime e é determinante no processo de modernização do Exército a partir de 1850, com a regulamentação da carreira dos oficiais pelo o Ministro Manuel Felizardo de Souza e Melo.

Contudo, discordamos desta solução de caracterização de Schulz e de Adriana Barreto de Souza no pensar a reorganização do Exército. Achamos na afirmação de Geertz de que: “*acima de tudo, o que a tentativa de ligar a política à cultura precisa é de uma perspectiva menos ansiosa da primeira e uma perspectiva menos estética da última.*”⁸ A noção das sociedades de antigo regime surge como uma explicação estética do poder soberano dos Monarcas após a Revolução Francesa, e provavelmente Manuel Felizardo de Souza e Melo não tinha a menor ideia de que atuava ou que iria “romper” com a *tradição portuguesa*. A política do Segundo Reinado, de consolidação do Império, exigia mais do que uma revolução do profissionalismo de uma das suas mais importantes instituições.

Pelo prisma apresentado por Schulz a Lei de N° 585, de 6 de setembro de 1850, isolada e solta nas perspectivas da “revolução”, fica plausível na afirmativa de que a lei é um paradigma para a organização do Exército brasileiro. Vejamos pela brecha da política conservadora da segunda metade do século XIX.

Nélio Galsky argumenta que as mudanças políticas, jurídicas e culturais na metade do século XIX passam pela consolidação do Império e pela égide dos Saquaremas⁹. Inclusive no que tange a continuação dos projetos de colonização européia no sul do país com o Decreto n° 537, de 15 de maio de 1850, que aprovou o contrato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo para formação de colônias agrícolas em Santa Catarina.¹⁰

A importância da proibição do tráfico de escravos com a lei Eusébio de Queiroz de 1850, um realismo político dos Saquaremas, vindo na extinção daquele comércio pela interferência britânica,

⁷ DE SOUZA, Adriana Barreto. *A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1808-50)* IN: Nova História Militar brasileira. CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor e KRAAY, Hendrik. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 176.

⁸ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1978, p. 206.

⁹ GALSKY, Nélio. *Mercenários ou Libertários. As motivações para o Almirante Cochrane nas lutas da Independência do Brasil*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2006, p. 118.

¹⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo. Editora Hucitec, 2004, pág. 185.

necessariamente contrariou interesses de aliados políticos ligados ao comércio escravagista. Galsky afirma que, quando os Saquaremas tomaram as rédeas do problema, tiveram tempo suficiente para minimizar os prejuízos de vários traficantes e proprietários que fizeram parte de sua sustentação política.¹¹ Em outra lei do mesmo ano de 1850 a Lei da Terra significou a necessidade de regularizar a propriedade fundiária em conjunto com a resolução do problema da mão-de-obra:

“Assim, na medida em que a citada legislação tornava a compra à única via de aquisição de terras, esperava-se fomentar uma política migratória onde trabalhadores estrangeiros teria a grande propriedade como o único destino provável. Além disto, o fim do tráfico intercontinental não significaria deixar os cafeicultores da Província do Rio de Janeiro desprovido de braços.”¹²

Com o aumento significativo do tráfico interprovincial de escravos estaria solucionado o problema da mão-de-obra para os cafeicultores do Vale do Paraíba e Oeste Paulista que juntamente com a burocracia governamental e os comerciantes, formariam a base de sustentação do núcleo Saquarema. Mas ainda há a busca por incorporar as elites regionais à Monarquia que atuaria através da cooptação e distribuição de honrarias de títulos nobiliárquicos.

Outro elemento de destaque, segundo Galsky, é no campo cultural onde se propagaria a idéia do Governo Imperial como portador de padrões “civilizatórios”. Tal conceito era amplo para incluir a defesa da centralização, a manutenção da ordem social vigente e uma alternância “européia” entre partidos políticos no governo.¹³

Galsky cita Marcello Basile a respeito da medida legislativa centralizadora da Lei de 19 de setembro de 1850, que suprimiu o caráter eletivo do oficialato da Guarda Nacional e colocou sob controle do Ministro da Justiça a nomeação de todos os oficiais daquela força e o Código Comercial do Império, promulgado em 25 de julho de 1850, que segundo Basile, “visava regular o grande número de novas empresas e negócios, que surgiam principalmente no Rio de Janeiro. (...) Mas em termos conjunturais, a causa decisiva vinha da transferência de capitais liberados pela proibição do tráfico e pela aplicação de investimentos estrangeiros, sobretudo ingleses.”¹⁴

11 GALSKEY, Op. cit. p. 119.

12 Idem., p. 119

13 Idem., p.119-120.

14 BASILE, Marcelo Otávio N. de C. *O Império brasileiro: panorama político. Parte A Independência e a Formação do Estado Imperial*. In LINHARES, Maria Yedda (org.) *História Geral do Brasil*. 9º Edição. Rio de Janeiro. Campus, p. 249 Apud GALSKEY, Nélío. *Mercenários ou Libertários*. p. 120.

Ao olharmos pela brecha do conjunto de medidas legislativas o panorama fica bem diferenciado da paisagem simplista de Schulz. O grupo dos Saquaremas era na elite política representado por Eusébio Queiros Matoso da Câmara, Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Souza – e na elite militar por Luiz Alves de Lima e Silva, “*o futuro duque de Caxias pertencia a esse grupo de dirigentes e, ao lado de Manoel Felizardo de Souza e Melo, outro importante nome militar dos saquaremas, conduziu parte das reformas dirigidas ao Exército.*”¹⁵

Como “agente da centralização”¹⁶ cada funcionário da administração pública estava ordenado e incorporado ao projeto do grupo Saquarema. “*Desta, forma os valores e interesses do Governo Imperial chegariam as mais distantes regiões do Império, através da rede capilar formada por juizes, professores, militares, etc.*”¹⁷

Juridicamente, os ajustes foram feitos na consolidação do aumento da centralização do Império: a reorganização das instituições como o Exército estaria dentro dos objetivos do Governo e não de um rompimento com o modo de governo do Antigo Regime como propôs Schulz.

Poderio Militar e Modernização: Atuação do Ministro Manoel Felizardo de Souza e Melo.

Manuel Felizardo de Souza e Melo nasceu em 5 de dezembro de 1805 na freguesia de Campo Grande, município na Corte, filho do major Manuel Joaquim de Sousa, natural da província de Minas Gerais e de D. Luzia Maria de Sousa nascida em Iguaçu, estudou no seminário de São José em junho de 1822 e foi para a Universidade de Coimbra em Portugal onde adquiriu o bacharelado em matemática. A preparação educacional é outra estratégia importante da elite luso-brasileira, segundo a historiadora Maria Fernanda Martins, para ocuparem cargos burocráticos:

“Tal comportamento, associado à acumulação das funções de controle administrativo no nível local, permitiu uma aproximação maior do poder central, não só no que se referia a uma preparação efetiva para o exercício dessas funções, mais ainda um desenvolvimento cultural e intelectual para o qual contribuiria a proximidade dos eventos e os debates políticos no cenário europeu, que influenciaria decisivamente a reformulação de sua identidade

15 SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias e a Justiça Militar no Império*. Anais do ‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. p.7.

16 Termo usado por MATTOS. Op. cit., p. 225.

17 GALSKY. Op. cit., 120.

*política.”*¹⁸

O jovem Manuel Felizardo de Souza e Melo retorna ao Brasil em 1826, e no ano seguinte assume na Academia Militar da Corte a cadeira de lente substituto, como Tenente e logo chegando à patente Capitão Engenheiro. Em 1832 se torna membro da comissão liquidadora do primeiro Banco do Brasil, fins de 1837, época em que foi nomeado presidente da província do Ceará, em fevereiro de 1839 para a presidência da província do Maranhão, em 1843, foi nomeado presidente da província de São Paulo em 29 de setembro do mesmo ano ao Ministério, ocupando efetivamente a pasta da Marinha e interinamente a da Guerra, em 1848 e permaneceu até setembro de 1853:

*“No seu longo ministério a pacificação de Pernambuco se fez com rapidez e se obteve a glória de duas grandes vitórias: a primeira incruenta, a da dissolução do exército de Oribe, que há dez anos sitiava a cidade de Montevideú, e dominava toda a República Cisplatina; a segunda, conseguida com pequena perda de sangue brasileiro, mas com dispêndio de muita coragem e habilidade dos nossos bravos.”*¹⁹

Durante a guerra como Rosas (1852), Manuel Felizardo de Souza e Melo importou 2.000 espingardas “agulha” prussianas inventadas apenas seis anos antes.²⁰ Os líderes militares brasileiros estavam bem informados das transformações tecnológicas ocorridas na Europa e na modernização da fabricação de armas e cartuchos em linha de montagem que muito se desenvolvia na Europa: *“fresadoras automáticas e semi-automáticas, hidráulicas e depois a vapor produziam esses componentes segundo um tamanho prescrito com alta velocidade e grande precisão, eliminando o dispendioso trabalho manual de adequar às peças umas as outras”*²¹ A segunda revolução industrial substituiu rapidamente os mosquetes de cano liso e trabalhadores semi-especializados, segundo Keegan, produziam em suas máquinas de processo repetitivo no Arsenal Britânico de Woolwich, mais de 250 mil cartuchos de metal por dia.

18 MARTINS, Maria Fernanda. *“Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, século XVIII e XIX: IN Conquistadores e Negociantes: História de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. America Lusa, Séculos XVI a XVIII.* Org. João Luis Ribeiro Fragoso, Carla Maria Carvalho de Almeida, Antonio Carlos Jucá de Sampaio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 428-429.

19 SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres.* -- Brasília : Senado Federal, 1999-.2v.: il., retrs. -- (Coleção Brasil 500 anos), p. 424.

20 Anuário do Museu Imperial, Petrópolis, vol. II, 1941, p.253. Apud SCHULZ, Op., cit. p. 37.

21 KEEGAN, John. *Uma história da guerra.* São Paulo, Companhia das Letras, 2006. p. 400.

A superprodução bélica que alcançava o auge no mercado interno europeu levou os fabricantes de armas a investir em novos projetos que tornariam obsoletos os armamentos existentes em curto período de tempo, juntamente com a busca de maior oferta a novos mercados no exterior facilitando o Brasil *“na década de 1850 começou um profundo processo de modernização e aperfeiçoamento do Exército, visando torná-lo uma ferramenta apropriada para execução das políticas e ações diplomáticas no exterior, em especial no Prata.”*²²

Adler Homero de Castro aponta a modernização do Exército como força de persuasão do governo imperial diante as questões no Prata. A soberania externa e interna e a defesa dos interesses do governo são apresentadas, como demonstra José Murilo de Carvalho, a partir das Atas Conselho de Estado Pleno: *“(...) as atas do Conselho Pleno nos dão acesso ao pensamento, expresso com relativa franqueza, de um grupo cuidadosamente selecionado de políticos no ápice de suas carreiras. Embora com certa predominância conservadora, era ampla a representação liberal (...)”*²³

Na reunião do Conselho de Estado, convocada por D. Pedro II em 20 de janeiro de 1848, o Conselheiro Lopes Gama já alertava vossa majestade sobre o risco eminente da guerra contra Oribe: *“Dizendo mais que não cessaria de repetir agora o que há perto de quatro anos tinha sempre aconselhado, quando se tem tratado dos negócios do Rio da Prata; e vem a ser que nos preparemos para a guerra não obstante as demonstrações amigáveis com que Oribe agora trata o Brasil.”*²⁴

O Visconde de Olinda, Conselheiro de Estado, emitiu em parecer juntamente com seu voto a posição de que o debate sobre a situação do Rio da Prata apresentava uma tensa relação: *“Em pareceres anteriores já se tem feito apontamento de alguns objetos, que devem ser estipulados, sendo o principal, tratando-se com o Governo Oriental, o dos limites do Império. Enquanto subsistir este ponto por decidir não se poderá dizer que o Brasil está livre de uma guerra.”*²⁵ O voto seguinte do Conselheiro Paulo Sousa fica claro a inclinação do governo imperial em assumir uma política de confronto bélico:

“Devo finalmente dizer que tem sido sempre minha opinião a respeito dos Negócios do Rio da Prata fazerem-se todos os esforços para afastar o perigo da guerra, e por isso não tem merecido o meu assenso muitos dos atos do Governo Imperial em sua marcha neste

22 CASTRO, A. H. F. de. *Foguetes no Brasil - do foguete CONGREVE ao VLS* (2a. parte). 13 páginas, 2003. <http://www.ufjf.edu.br/defesa>, acesso em 08/10/09. p.1-3.

23 CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 363.

24 Atas do Conselho de Estado Pleno, Terceiro Conselho de Estado, 1842-1850. Ata de 20 de Janeiro de 1848. Disponível no site do Senado Federal: http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp em 20/10/2009.

25 Idem.

negócio; é por isso que me parece indispensável estarmos preparados, e muito, para essa eventualidade, que quero afastar; desejarei, pois que o Governo Imperial mesmo para não haver guerra, disponha-se para ela; deste modo, e não aparecendo de nossa parte covardia, nem leviandade, e sim prudência, dignidade, e sobretudo boa fé, e sinceridade, e constância, e perseverança na política adotada, será muito fácil fazerem-se úteis negociações, e portanto evitar-se a guerra.”

A questão no Prata levou o Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Manuel Felizardo de Souza e Melo, a expor na reunião do Conselho de Estado²⁶ no dia 1º de agosto de 1850 a tensa situação no Prata e da estrutura e organização do Exército brasileiro:

“As relações amigáveis entre o Brasil e a Confederação Argentina se tem sucessivamente enfraquecido desde mil oitocentos e quarenta e três. O reconhecimento da independência do Paraguai, a questão dos bloqueios, e muitos outros pretextos tem sucessivamente perturbado aquelas relações. (...) a confederação Argentina, segundo informações de pessoas habilitadas, pode armar, e arregimentar trinta mil pragas. Ali não há isenções, todo homem que pode manejar as armas é soldado, e tem alguns hábitos militares, principalmente o da cega obediência, e consta que se faz agora grande provimento de artigos bélicos. Apesar de toda atividade empregada no recrutamento, cerca de dois anos, apenas se tem podido elevar o nosso exército a 16.676 (dezesseis mil e setenta e seis) praças de todas as graduações, inclusive os corpos fixos: não pequeno o número dessas praças estão com o tempo vencido; e com muita dificuldade se poderá elevar a força ao estado completo em circunstancias extraordinárias. Sendo então o número de praças de perto de mil, e sendo certo que a quinta parte de qualquer força não pode esperar efetivamente em consequência de moléstias, e outros embaraços claro é, que ainda admita a probabilidade de elevar-se o exército áquele número, somente se poderá contar com dezesseis mil homens da primeira linha para fazer frente a todas as exigências do serviço da guerra.”²⁷

O Ministro da Guerra reconhece as dificuldades de manter o efetivo do exército “de tal a gravidade era o problema de recomposição do Exército, entre tanto que o Estado imperial ver-se-á obrigado, durante todo o século XIX, a alongar ilegalmente os tempos de serviço. Não é raro encontrar

²⁶ “Assim, o Conselho de Estado funcionava antes como um espaço de debate, produção e troca (...) instrumento para análise da ação e do comportamento da elite, trazendo um novo entendimento sobre o seu papel na política e na própria formação do Estado brasileiro, é preciso ampliar a abordagem no sentido de entender essa elite não como a representação de um grupo isolado, a partir de suas características internas de formação e composição, mas considerando ainda suas relações com a sociedade, por meios das redes de alianças que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor.” MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p.29.

²⁷ Atas do Conselho de Estado Pleno, Terceiro Conselho de Estado, 1842-1850. Ata de 1º de Agosto de 1850. Disponível no site do Senado Federal http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp em 20/10/2009.

soldado servindo 10 anos ou mais após o fim de seu engajamento.”²⁸ E faz o alerta A Sua majestade e os demais Conselheiros sobre a possível solução e seus desdobramentos baseado no “*recrutamento forçado*” para as perspectivas do império:

“Os Vexames que a população brasileira sofre para elevar-se ao máximo a força do exército, serão pois infrutíferos, e não salvarão o País de ser assolado, e insultado: aumentar ainda mais o número de soldados, quando isso fosse possível, e a lição da experiência nos demonstrasse o contrario será fazer crescer o clamor contra o recrutamento forçado, único meio eficaz para tornar mais densas nossas fileiras, roubar braços a indústria, e empobrecer duplicadamente o País pela diminuição de produtos, e aumento das despesas.”²⁹

E como resolução para o crônico e histórico problema do recrutamento para as fileiras do exército, o Ministro Manuel Felizardo de Souza e Melo articulou, *por meios das redes de alianças que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor*, uma única solução que não enfraqueceria economicamente e evitaria o vexame de mandar ao conflito tropas titubeantes:

“O único recurso, que resta para defender nosso território e obtermos de nossos vizinhos aquela consideração, de que nenhuma nação independente pode prescindir, é o de braços estrangeiros. Uma divisão de dois mil homens, um pouco habilitados para o serviço militar (Infantes, Artilheiros) munidos de armas melhoradas pelas novas invenções, dariam um poderoso auxílio de oito mil homens combatentes elevando nosso efetivo no teatro da guerra a vinte duas mil praças, que pela sua tática, disciplina e força de armas, lutariam com vantagem contra o exército pouco regular de nossos vizinhos, e lhes tirariam mesmo todo o desejo de insultar-nos, agredir-nos, e de praticar as ofensas, e injustiças, a que são azevados. As despesas pois se houver de fazer com o engajamento da divisão estrangeira, nos poupara gastos muito superiores, provocados pela guerra e evitará ultrajes à honra, e dignidade brasileira.”³⁰

Na exposição ministerial, os elementos do efeito a curto e longo prazo do fenômeno Guerra – objeto de estudo da História Militar – estão explícitos nas questões que não envolvem apenas o Ministério dos Negócios da Guerra, mas toda uma rede integrada que participa do projeto de Estado: A realidade do teatro da guerra, as dificuldades e soluções tecnológicas, o conhecimento prévio do

28 MENDES, Fábio Faria. *Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. In: *Nova História Militar Brasileira*. CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 32.

29 Atas do Conselho de Estado Pleno... Idem.

30 Idem.

poder do inimigo, a impopular medida do *recrutamento forçado*, a solução de engajar uma divisão estrangeira de bons militares e até o que fazer com esses estrangeiros no pós-guerra.

“Distribuindo-se terras àqueles, que se quisessem estabelecer entre nós, para que as cultivem quer depois do prazo do engajamento, quer durante o tempo que estiver licenciada toda, ou parte da força. A despesa com a divisão se convertera em gastos produtivos de colonização de homens válidos, afeitos no trabalho rude, e que se forem estabelecidos nas nossas fronteiras, darão nascimento a uma força semelhante à dos regimentos fronteiros da Áustria, e a preservarão dos continuados distúrbios, que atualmente são freqüentes. Caso porém não se queiram eles permanecer entre nos, deve-se ser obrigados a dar-lhes passagem para fora do Império.”³¹

Logo em 6 de novembro de 1850, A Lei do Orçamento N° 586 em seu parágrafo 4° do Artigo 17, autorizava o Poder Executivo a contratar estrangeiros para a 1ª linha do Exército:

*“(...) a desmobilização do Exército do condado de Scheleswig-Holstein, organizado no início de 1851 para guerrear a Dinamarca. Isto facilitou o recrutamento de cerca de 1.800 soldados para o Brasil, de alto nível cultural e técnico, sob a promessa de terras em nosso país ao final de quatro anos de serviço, ou de premio em dinheiro para retornarem a Alemanha no fim daquele prazo.”*³²

Juntamente com os legionários alemães “Brummer” que chegaram ao Brasil entre maio e setembro de 1851, desembarcaram cerca de 190 fuzis Dreyses “a agulha” de carregar pela culatra, 12 canhões prussianos, duas equipagens de pontes com pontões birago e 40 carretas austríacas de 4 rodas, para tração cavalari ou mular. A Dreyse era uma arma de alimentação de retrocarga e de ferrolho, usando um cartucho de papel combustível, ou seja, que se consumia durante o disparo:

“Seu nome comum era espingarda de agulha (ou “de alfinete”, como se usava na época), pois o percussor tinha a forma de uma agulha bem fina. Este, ao disparar a arma, atravessava o cartucho e a carga, para detonar a espoleta, presa à bala. Apesar do nome dado a ela no Brasil, não era uma espingarda, o seu comprimento a equiparando a uma carabina tradicional.”³³

31 Idem.

32 BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul (1635-1870)*. Porto Alegre, A Nação, Instituto Estadual do Livro, 1976. p.105.

33 Site Armas Brasil. Disponível em: http://www.francisco.paula.nom.br/Armas%20Brasil/SecXIX/Exercito_profissional/dreyse.htm Acesso em 10 nov. 2009.

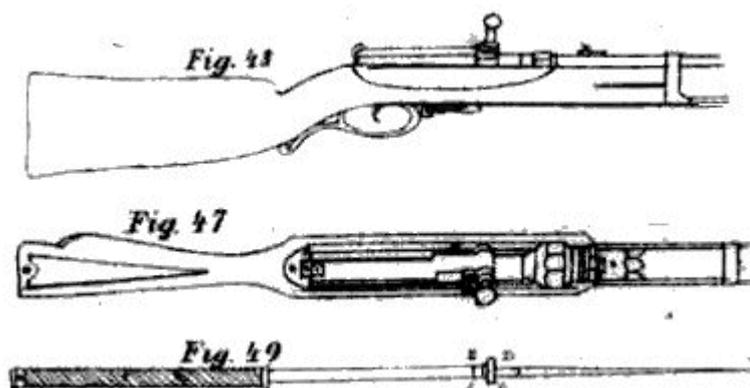


Figura 1 - Única imagem conhecida de Dreyse publicada no Brasil. A peça de baixo é a agulha, que servia de percussor para o cartucho. Fonte: Site Armas Brasil.

O fuzil Dreyse pesava cerca de 5kg, fazendo da arma inapropriada para o uso da Infantaria ligeira (batalhão de caçadores):

“(...) Além disso era delicado, pois a agulha, sujeita às temperaturas elevadas do disparo, destemperava-se com facilidade, quebrando-se e inutilizando temporariamente a arma. Finalmente, não havia previsão para a vedação da culatra, a não ser pelo ajuste mecânico das peças. Após alguns disparos, a sujeira se acumulava no ferrolho, fazendo com que gases escaldantes escapassem da arma, no rosto do atirador – uma coisa que, no mínimo, era extremamente incômoda.”³⁴

O Decreto N.º 663, de 24 de dezembro de 1849, criou a Comissão de Melhoramentos do Material do Exército. Um passo importante no objetivo de aperfeiçoar o armamento em uso e adquirir os avanços tecnológicos na indústria bélica:

Medidas de renovação técnico-administrativa foram tomadas, sendo um dos mais importantes eventos a criação de um novo Laboratório Pirotécnico, no Campinho, destinado a fabricação de foguetes de desenho moderno. Nesse laboratório, diversos profissionais militares ou não, foram encarregados de pesquisas com armas e instrumentos do arsenal visando fazer “engenharia reversa”, como foi o caso de Capanema, que fabricou cartuchos de espingarda

34 Site Armas Brasil. Disponível em: http://www.francisco.paula.nom.br/Armas%20Brasil/SecXIX/Exercito_profissional/dreyse.htm Acesso em 10 nov. 2009.

*Dreyse, um segredo do exército da Prússia.*³⁵

O resultado da política de exportação de tecnologia bélica e de composição das forças terrestres com mercenários que o Brasil adotou, criaram dificuldades tanto na aquisição de armamentos modernos, pelo difícil acesso aos comerciantes e quanto ao investimento de alto risco em adquirir armas que não foram aplicadas em combate e eram inovações para os militares, demandando mais tempo para o conhecimento e treinamento com as armas.

No Relatório do Ministério da Guerra em 1859, Manuel Felizardo de Souza e Melo reafirma a política por novas tecnologias bélicas:

“o armamento da nossa infantaria compõe-se ainda em geral da antigas armas de pedrneiras, armamento já abandonado em quasi toda a Europa. Se o systema é máo, a especialidade do que, por necessidade de circunstancias, fomos obrigados a comprar, ainda é pior, e os batalhões de fuzileiros e caçadores se podião reputar desarmados. Para remediar tão grande falta em 1855 foi a nossa Legação na Bélgica, coadjuvada pelo Dr. Guilherme Schüch de Capanema, encarregada de comprar 1,220 fuzis, clavinas com baionetas, sabres, e 500 clavinas sem baionetas, sendo todo armamento á Minié.”³⁶

Considerações Finais

A modernização e a nova organização do Exército a partir de 1850, não podem ser determinadas como o rompimento com o modelo de governar do Brasil Oitocentista:

“Recuperando o que há muito evidenciamos, o imperador devia reinar, governar e administrar porque sua figura sintetizava o papel de partido que a restauração da moeda colonial atribuía a Coroa. Como uma espécie de grande agencia administrativa, a Coroa deveria conduzir tanto as relações externas quanto as internas, e o fazia por meio de seu “braço” o Executivo.”³⁷

Tentamos trazer a Guerra para o cenário político-administrativo não como pano de fundo do projeto de união territorial que fortaleceu o Império e formou a Nação. Mas o fenômeno que

35 CASTRO, A. H. F. de. *Foguetes no Brasil - do foguete CONGREVE ao VLS* (2ª. parte). 13 pág. 1-3, 2003. Disponível em: <http://www.ufjf.edu.br/defesa> Acesso em 08 out. 2009.

36 Relatório do Ministério da Guerra 1858, pág. 27-8.

37 MATTOS, op. cit., p. 199.

exigiu de políticos, burocratas e diplomatas uma maior compreensão da Arte da Guerra. As questões econômicas, diplomáticas e políticas aparecem como estopim para o conflito armado, mas a guerra é “completamente diferente da diplomacia ou da política porque precisa ser travada por homens cujos valores e habilidades não são os dos políticos e diplomatas. São valores de um mundo à parte.”³⁸

Profissionalizar e modernizar do Exército passando pelo processo de centralização do poder feita pelo Ministro e brigadeiro Manuel Felizardo de Souza e Melo, que no decorrer do ano de 1850 equipou o exército belicamente, fez melhorias estruturais em quartéis e buscou a profissionalização da carreira de oficial do Exército:

“Assim, na medida em que avançava a especialização de cargos e funções, em que se consolidava o modelo administrativo, fazia-se necessária uma certa, profissionalização da elite, até então acostumados a um reconhecimento de valor ligado diretamente ao seu status socioeconômico ou à sua atuação militar; tão inerente a conquista do território e à colonização.”³⁹

Longe de afirmarmos que a modernização, o reaparelhamento do Exército ou a profissionalização do corpo de oficiais nos leve a conclusão de que se formava uma nova elite militar. Os grupos tradicionais usaram a profissionalização e a modernização como uma estratégia de aproximação com o poder central, e o agigantamento da instituição militar depois da Guerra do Paraguai (1864-1870).

A guerra do Prata (1851-1852) e todo o panorama político do fim da primeira metade do século XIX deram a elite do Exército brasileiro a certeza de executar a “*missão militar*”: a ordem e a segurança interna e externa⁴⁰ da nação.

38 KEEGAN, John. Op, cit., pp. 16-17.

39 MARTINS, Maria Fernanda. Op, cit., 2007, p.429.

40 CORVISIER, André. *A guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999, p.179.

REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS:

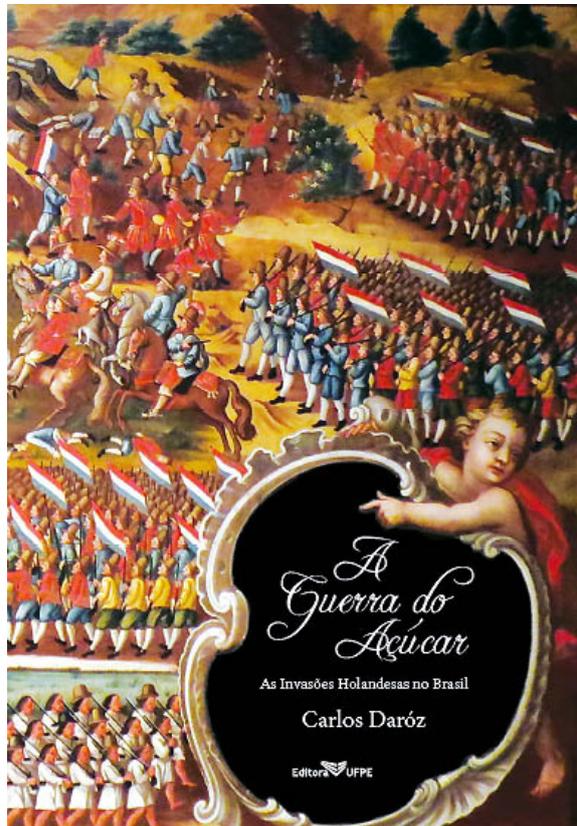
- BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul (1635-1870)*. Porto Alegre, A Nação, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CORVISIER, André. A guerra: ensaios históricos. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999, p.179.
- DE SOUZA, Adriana Barreto. *A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1808-50)* IN: Nova História Militar brasileira.
- CASTRO, Celso, IZECKSONH, Vitor e KRAAY, Hendrik. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
-
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1978, p. 206.
- GALSKEY, Nélio. *Mercenários ou Libertários. As motivações para o Almirante Cochrane nas lutas da Independência do Brasil*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo. Editora Hucitec, 2004, pág. 185.
- MARTINS, Maria Fernanda. *“Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, século XVIII e XIX: IN Conquistadores e Negociantes: História de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. America Lusa, Séculos XVI a XVIII*. Org. João Luis Ribeiro Fragoso, Carla Maria Carvalho de Almeida, Antonio Carlos Jucá de Sampaio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. -- Brasília : Senado Federal, 1999-.2v.: il., retrs. -- (Coleção Brasil 500 anos), p. 424.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MENDES, Fábio Faria. *Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. In: Nova História Militar Brasileira. CASTRO, Celso.

IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

- SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. -- Brasília : Senado Federal, 1999-.2v.: il., retrs. -- (Coleção Brasil 500 anos), p. 424.



Livro em Destaque



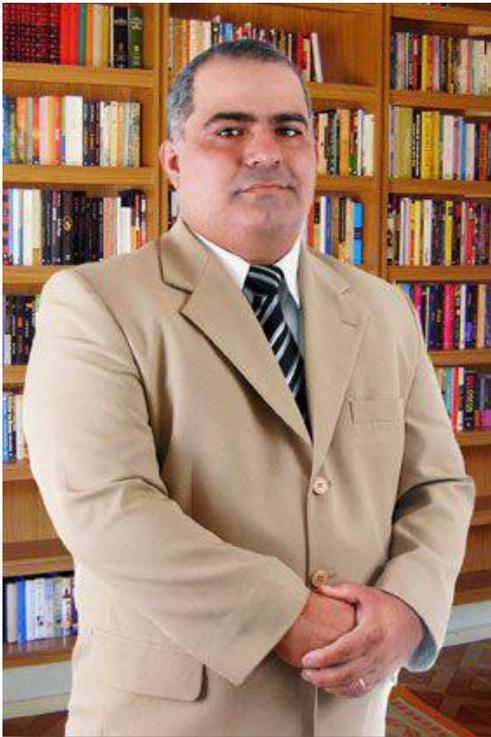
DARÓZ, Carlos. A Guerra Açúcar: as invasões Holandesas no Brasil. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

Durante trinta anos, no curso do século XVII, uma grande parte do Nordeste brasileiro era holandês. Em busca de um produto extremamente valioso na Europa – o açúcar – a Companhia das Índias Ocidentais holandesa realizou duas tentativas de instalar uma colônia no Brasil, dando origem a um intenso e custoso conflito.

A partir de fontes historiográficas brasileiras e europeias, *A Guerra do Açúcar* conta a história desse conflito que colocou a Companhia das Índias Ocidentais contra Portugal, Espanha e nativos do Brasil.

O período holandês no Brasil pode ser estudado sob diversos enfoques: político, econômico, social, cultural etc. *A Guerra do Açúcar* analisa o período das invasões sob a ótica da História Militar e, para contar essa história, o autor acessou toda a historiografia disponível e visitou diversos museus, campos de batalha e fortificações remanescentes na região Nordeste do Brasil.

Uma história de homens rudes, soldados e insurretos, mercenários e piratas, índios e negros; de um povo que se recusou a ser dominado por uma cultura estranha e hostil. Uma história de lutas e sacrifícios, mas, sobretudo, de esperança em um destino mais promissor.

SOBRE O AUTOR:

CARLOS ROBERTO CARVALHO DARÓZ é historiador militar, professor e pesquisador. Paralelamente a vida militar, desenvolveu sua carreira acadêmica. Com licenciatura em História pela Universidade Salgado de Oliveira, especializou-se em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Atua como professor do Colégio Militar do Recife e do curso de pós-graduação em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina. É membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e pesquisador-associado do Centro de Estudos e Pesquisa em História Militar, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército Brasileiro.

Historiador militar da nova geração, possui dezenas de artigos e trabalhos de História Militar, publicados na Revista do Exército Brasileiro, A Defesa Nacional, Revista da Universidade da Força Aérea, Revista Militar (Portugal) e outros periódicos especializados. É palestrante frequente de temas relacionados à História Militar, tanto no meio militar, quanto na academia. É autor do livro Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932, que conta a história do emprego do Poder

Aéreo na Revolução Constitucionalista.

Ficha Técnica

- Editora: Editora Universitária da UFPE
- ISBN: 978-85-415-0518-5
- Prefácio do General Aureliano Pinto de Moura, presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
- 445 páginas





Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

